

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 29 | Nº 07 | JULHO 2009 | R\$ 15,00



SOJA

AS MELHORES REGIÕES PARA INVESTIR



Haiti Biomassa como alternativa
para geração de energia elétrica

Crédito 2009/10 Rigor na análise de risco

Especial A importância do cooperativismo

O agronegócio é o seguinte

O desafio de superar a inadimplência

A EDIÇÃO do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para 2009/2010 tem como foco central o incentivo ao médio produtor rural, ao cooperativismo e à produção agropecuária com respeito ao meio ambiente.

Aguardado com expectativa, o PAP trouxe medidas já anunciadas pelo governo, como a linha de crédito para a agroindústria, a para estocagem de álcool, além de medidas de apoio à cafeicultura.

Sem grandes inovações e limitado a ajustes dos programas em execução, o PAP tem evoluído nos últimos anos com ênfase no acompanhamento e nas adequações durante todo o ano safra.

Assim, ao divulgar o PAP 2009/10, o Executivo acrescentou itens como o estabelecimento do volume de recursos, as taxas de juros usadas no período, os limites de crédito e a correção dos preços mínimos.

Para estimular o crescimento da produção, os recursos dotados para o setor agropecuário na próxima safra 2009/10 tiveram aumentos expressivos. Não obstante, diante das questões de inadimplência, muitos produtores estão com seu acesso às linhas oficiais de crédito impedido. Preocupado com o risco de a produção ficar estagnada, o desafio do governo está em equacionar as dificuldades do produtor na obtenção do crédito.

O governo tentou no novo PAP focar no agricultor médio e nas preocupações sobre a questão ambiental, que ameaça prejudicar os mercados para alguns produtos agropecuários brasileiros.

Na safra passada, os agricultores brasileiros reduziram seus investimentos no campo e obtiveram uma colheita menor do que o potencial. Como houve menor dispêndio com insumos, como os fertilizantes, a produtividade das lavouras ficou mais baixa. Somado a isto, a estiagem, que provocou perdas de renda na safra 2008/09, pode prejudicar a produção futura, devido a menor aplicação de recursos na safra. Sem obter lucro, o produtor, que precisa pagar o que investiu, pode encontrar dificuldade para dar início ao plantio.

A criação de um fundo garantidor para possibilitar o aumento do limite de financiamento e a contratação de

crédito para produtores com risco elevado segue em negociação. Seriam necessários entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões para garantir os diversos tipos de operações dos produtores. Um caminho seria começar com as operações para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Como teriam a garantia do pagamento dos empréstimos, os bancos ficariam mais flexíveis na liberação dos recursos. Além disso, o novo mecanismo poderia conter o endividamento do setor.

O programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançado em julho do ano passado, com proposta para incrementar a produção agrícola e fortalecer a agricultura familiar, também integra o pacote do governo. Seu balanço é positivo: incentivou a produção extra de 7,8 milhões de toneladas de alimentos em seus dez primeiros meses de atuação. Quanto às vendas de tratores, 11 mil unidades de até 78 cavalos foram entregues.

Sobre o tema, *Agroanalysis* apresenta oportunamente um caderno especial sobre cooperativismo. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), existem 1.113 cooperativas de crédito atuando em todo o País com mais de 4 mil postos de atendimento (PAC), especialmente em locais onde nem os bancos públicos nem os agentes financeiros privados estão presentes. Das mais de 1,6 mil cooperativas agropecuárias existentes, 80% de seus cooperados detêm áreas inferiores a 50 hectares e 27% são parceiros, meeiros e arrendatários.

Na área de sustentabilidade, os olhos estão voltados para dezembro próximo, quando será realizado 15ª. Conferência das Partes (COP 15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, na Dinamarca. Mais de 200 países deverão ter representantes neste evento que promete ser histórico, aguardado com expectativa por aqueles se preocupam com as mudanças climáticas e seus impactos no planeta. No agronegócio, a agenda nacional a ser arquitetada para a COP 15, passa pela manutenção da floresta em pé e a erradicação do desmatamento ilegal, por meio de instrumentos compensatórios que remunerem os serviços ambientais. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: /www.sxc.hu (capa) e Getty Images (págs. 05,17,19)

Secretaria e apoio administrativo: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio F. Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

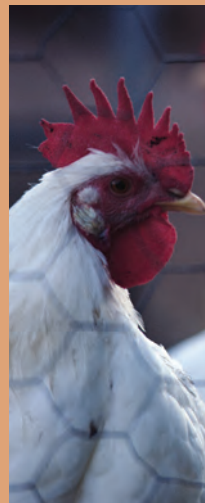
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Ronaldo Scucato

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Competitividade das regiões brasileiras

16 Fertilizantes

18 Sojicultura

34 Safra 2009/10: Plano Agrícola e Pecuário I

36 Safra 2009/10: Plano Agrícola e Pecuário II

37 Safra 2009/10: Plano Agrícola e Pecuário III

39 *The Economist*

Especial

19 A importância do cooperativismo

Política Agrícola

40 Fluxo rural urbano

Agroenergia

42 Energia da biomassa

Gestão

44 Custos no agronegócio

45 Capacitação do produtor

Especial Andef

48 Andef 35 anos

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Soja



As melhores regiões para investir

Haiti



Biomassa como alternativa

Fertilizantes



Reviravolta no mercado

Especial



A importância do cooperativismo

Ronaldo Scucato
Vice-presidente da OCB

Vantagens do cooperativismo em tempos de crise

da Redação

AS COOPERATIVAS não escaparam da crise econômica mundial, mas estão conseguindo superar os efeitos da forte recessão mundial mais rapidamente do que outros setores do agronegócio.

“Ao contrário de muitas empresas meramente mercantis, nosso setor não demitiu, e sofreu menos os impactos da crise econômica mundial até agora, com destaque para o ramo crédito. O contexto é nebuloso e o cooperativismo não está imune, mas se mostra forte e poderá ter suas consequências minimizadas, melhorando a competitividade dos produtos e serviços oferecidos”, diz Ronaldo Scucato, presidente do Sistema

Ocemg/Sescoop-MG e vice-presidente da OCB.

Nesta entrevista à *Agroanalysis*, Scucato faz um balanço do cooperativismo brasileiro e aponta os desafios para os próximos anos.

AGROANALYSIS Como o senhor avalia a participação do cooperativismo na economia do País?

RONALDO SCUCATO Nossa participação é mais que significativa. Ao longo dos anos conseguimos manter um ritmo acelerado no que se refere aos índices de exportação, desenvolvimento humano, produção de alimentos, entre outros. O cooperati-

vismo, em seus diversos ramos, tem papel importante no processo de inclusão social, pela geração de emprego e renda, facilitando o acesso ao mercado a milhares de pessoas. Além disso, atua como ferramenta reguladora, determinando preços em diversos setores da economia. Este é, sem dúvida, um segmento modelo porque se baseia na economia de escala e escopo, reduzindo custos e ampliando os benefícios ao maior número de pessoas possível. Somos potencialmente impulsionadores do desenvolvimento econômico e social. Vale lembrar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece o cooperativismo como uma das melhores opções de superação em tempos de crise.

AGROANALYSIS O setor cooperativista responde hoje por 6% do PIB brasileiro e cerca de 40% do PIB agropecuário nacional, com faturamento de R\$ 84,9 bilhões e receita de US\$ 4,01 bilhões em exportações. A que fatores o senhor credita esta participação?

RONALDO SCUCATO Essa questão está ligada à mobilização dos produtores no sistema cooperativista. Tal forma de participação reduz custos e proporciona ganho de escala, agregando valor aos produtos. Assim, conseguimos atingir novos mercados. Prova disso é que a área de abrangência de nossos produtos no mercado internacional é cada vez maior, o que novamente confirma o potencial do agronegócio cooperativista. Isto faz com que o sistema se torne mais competitivo, mantendo-se como um ator importante no mundo globalizado. Somos um país



“Nosso segmento demonstrou, especialmente nesta fase crítica, que é forte e que tem potencial”

que exporta essencialmente *commodities*, a exemplo do minério de ferro e do café, além dos produtos que compõem o complexo soja. E ressaltamos que temos obtido bons resultados em outras áreas também como a dos lácteos. Apenas em Minas o setor registrou uma participação de 18,6% nas exportações do estado.

AGROANALYSIS E quanto ao mercado externo? Quais os principais obstáculos enfrentados pelas cooperativas, especialmente as agropecuárias, na sua internacionalização? E as principais estratégias para superar essas dificuldades?

RONALDO SCUCATO É notável a participação dos produtos cooperativistas brasileiros, principalmente das cooperativas agropecuárias, no mercado externo. Poucos países têm o percentual produtivo do Brasil. Apesar de outros produtos, até mesmo os artesanais, estarem em fase de crescimento, os grãos, o setor lácteo e de carnes colocam o nosso País em posição de destaque no mercado internacional. As exportações de cooperativas mineiras, por exemplo, estão representadas principalmente pelas *commodities* agrícolas como o café (74,6%) e produtos lácteos (18,6%). Porém, as barreiras impostas aos nossos produtos pelos países importadores se apresentam como um dos grandes entraves nesse processo. Para superar problemas dessa ordem, as cooperativas estão adequando seus produtos às normas internacionais, a exemplo da certificação de propriedades para exportação de carne, mel, café, cachaça, lácteos etc. Outra estratégia tem sido a formação de consórcios de exportação.

AGROANALYSIS Minas Gerais pode ser considerado um estado com vocação cooperativista? Há potencial para crescer?

RONALDO SCUCATO Sem sombra de dúvidas. Somos um dos estados com maior número de cooperativas e, consequentemente, de cooperados. Além disso, nos orgulhamos em confirmar que a primeira cooperativa brasileira nasceu aqui em Minas Gerais, mais precisamente em Ouro Preto, sendo do ramo consumo.

Hoje temos apresentado resultados cada vez mais expressivos para o estado e também para o País. As cooperativas mineiras são responsáveis por uma movimentação anual de R\$16,4 bilhões, ou seja, 7,2% do PIB estadual. Isso porque ainda não consolidamos o balanço final de 2008. A tendência é de que a movimentação tenha alcançado um valor superior a R\$20 bilhões. Sou extremamente otimista e considero que, apesar da crise, manteremos nossos índices de crescimento. Afinal, nosso segmento demonstrou, especialmente nesta fase crítica, que é forte e que tem potencial. O crescimento, portanto, é consequência da boa gestão, dos valores e princípios desta doutrina que visa ao desenvolvimento coletivo.

AGROANALYSIS Como o senhor avalia o comportamento das cooperativas ante as exigências atuais do mercado global?

RONALDO SCUCATO As cooperativas seguem a tendência inevitável da profissionalização e da gestão de resultados. Elas têm procurado se adequar, pela capacitação continuada, vêm modernizando seus sistemas de gestão, agregando valor aos seus produtos e serviços e, no caso das agropecuárias, garantindo segurança alimentar ao consumidor, promovendo assim sua fidelização.

AGROANALYSIS Quais as perspectivas para o setor? Que fatores o senhor apontaria como fundamentais para a ampliação desse espaço e a consolidação de um desenvolvimento sustentável?

RONALDO SCUCATO As cooperativas são empresas socialmente responsáveis, que geram resultados sem, entretanto, deixar de se preocupar com princípios e valores inerentes de sua doutrina, como gestão democrática e interesse pela comunidade. Com esse cenário de crise que ainda vivemos, ficou claro que essas instituições atuam de forma diferenciada e que a tendência é manter os índices de crescimento. Ao contrário de muitas empresas meramente mercantis, nosso setor não demitiu, e sofreu menos os impactos da crise econômica mundial até agora, com

destaque para o ramo crédito. O contexto é nebuloso e o cooperativismo não está imune, mas se mostra forte e poderá ter suas consequências minimizadas, melhorando a competitividade dos produtos e serviços oferecidos.

AGROANALYSIS Como o senhor percebe o modelo de governança seguido hoje pelo setor cooperativista? O que poderia contribuir para a evolução desse processo?

RONALDO SCUCATO As sociedades cooperativas, assim como as empresas mercantilistas, têm que realizar negócios, pois estão sujeitas ao mesmo mercado, e é pelo econômico que se atinge o social. Para que sejam competitivas no mercado e alcancem resultados positivos, precisam se adaptar às modernas técnicas de administração, por meio da educação, assim como fazem as empresas mercantilistas. Os processos devem ser precisos, a gestão profissionalizada e as metas empresariais focadas no crescimento contínuo, seja individual ou coletivo.

AGROANALYSIS Nesse sentido, qual seria a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)?

RONALDO SCUCATO O Sescoop é um marco para o cooperativismo brasileiro. Contribui essencialmente para o desenvolvimento sustentável e, além da formação profissional, está ligado à promoção social e ao acompanhamento de ações cooperativistas com o objetivo de divulgar a doutrina e a filosofia do setor. Com o Sescoop foi possível investir na qualificação e profissionalização dos cooperados, dirigentes e empregados de cooperativas, em atividades e campanhas de educação, saúde, cultura e integração comunitária. Podemos considerar a entidade como mola propulsora do desenvolvimento sustentável e contínuo do cooperativismo no País.

AGROANALYSIS Como o senhor avalia os impactos da crise e a reação do setor cooperativista diante desse cenário? Qual



“A tendência para o setor é de crescimento, porém com uma taxa inferior ao de 2008, em função da crise”

é a participação do cooperativismo no sentido de impulsionar a recuperação global, como indica a Aliança Cooperativa Internacional no tema do 87º Dia Internacional do Cooperativismo?

RONALDO SCUCATO A escolha deste ano da ACI para o Dia Internacional do Cooperativismo não poderia ter sido mais adequada. Como citei anteriormente, o cooperativismo tem se mostrado como solução para as dificuldades nesse cenário de crise, sendo reconhecido como segmento impulsionador da economia, na geração de renda e empregos, inclusive. Assim, enfatizamos que a partir da modernização no sistema de gestão, que é crescente no segmento cooperativo, da utilização de alianças estratégicas, como aglutinações, *joint-ventures*, intercooperação, as cooperativas ganharam economia de escala e de escopo e, assim, continuarão a trilhar seu caminho de crescimen-

to. Em breve, creio que poderão alcançar uma fatia muito maior no mercado.

AGROANALYSIS Para os produtores, quais as vantagens de iniciar uma cooperativa? O fato de estar organizado em um sistema fortalece o setor?

RONALDO SCUCATO O cooperativismo apresenta a união de pessoas interessadas em satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns. As cooperativas são geridas de forma democrática e participativa, em que o cooperado é também dono do negócio. Os resultados obtidos são divididos entre todos. Dessa maneira, o sistema busca hoje o fortalecimento das cooperativas já existentes, prospectando novos mercados por meio das diversas opções já citadas. Quando o trabalho é conjunto e o sistema organizado, os resultados são melhores porque se tem maior poder de negociação

e um leque maior de produtos e atividades para se oferecer.

AGROANALYSIS As cooperativas foram contempladas com medidas específicas para a próxima safra, 2009/10. Isto traz um cenário positivo para o segmento?

RONALDO SCUCATO Sim, o governo tem dado uma atenção especial ao setor, que foi contemplado com linhas de crédito específicas como o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). É um programa novo que propicia a concessão de financiamento para integralização de cotas-partes e capital de giro em condições diferenciadas para as cooperativas agropecuárias. O objetivo é promover a recuperação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola e pesqueira. Além disso, houve um acréscimo de 31% nos limites de custeio do crédito destinado à aquisição de insumos e bens para fornecimento aos cooperados, assim como para operações de pré-custeio. Aumentou também o volume de recursos para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), em prol da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização dessas cooperativas. Embora toda essa melhoria tenha se apresentado, vale lembrar que o crédito continua sendo insuficiente.

AGROANALYSIS Quais as perspectivas e desafios do setor cooperativista para este ano e 2010?

RONALDO SCUCATO A tendência para o setor é de crescimento, porém, com uma taxa inferior ao de 2008, em função da crise. Entretanto, acredito que nossas taxas de crescimento vão superar os índices de muitos outros segmentos, visto que mantivemos o ritmo de crescimento, empregabilidade e renda para os cooperados. O principal desafio continuará sendo a inserção dos produtos e serviços de cooperativas no mercado internacional, apesar de termos um mercado interno demandante e em crescimento. ■

Macroeconomia

Política fiscal: evolução recente

Rogério Mori*

A CRISE econômica e financeira recente, cujo epicentro é a economia norte-americana, provocou uma brutal desaceleração do ritmo da atividade nos EUA e nas demais economias ao redor do mundo.

No caso da economia brasileira, esse fenômeno não foi diferente. O Produto Interno Bruto (PIB) do último trimestre de 2008 sazonalmente ajustado recuou 3,6% em relação ao trimestre anterior e o resultado do primeiro trimestre de 2009 não apresentou uma trajetória muito distinta, com um recuo de 0,8% na mesma comparação.

Claramente, os sinais recentes indicam uma melhora na margem dos indicadores da atividade econômica. Nesse contexto, a produção industrial brasileira, medida pelo IBGE, registrou crescimento nos últimos meses. Assim, a produção industrial brasileira dessazonalidade de maio cresceu 1,3%, representando o quinto mês consecutivo de alta desde a queda verificada a partir do acirramento da crise em meados do ano passado.

A retração do produto internacional e brasileiro tem múltiplas dimensões, afetando não apenas o emprego e a renda, mas também outros aspectos da economia. O lado das contas externas, por exemplo, também foi afetado nesse processo, em uma dinâmica que tem influenciado tanto o lado das exportações brasileiras (por conta dos efeitos do produto global) quanto do lado das importações (por conta da retração do produto brasi-

leiro). Assim, os efeitos têm se feito sentir do lado da balança comercial nesse momento nas duas dimensões.

Um aspecto importante relativo aos efeitos recentes diz respeito aos impactos fiscais da retração econômica. A reação da política fiscal no último trimestre do ano passado foi mais imediata do que a da política monetária, uma vez que o processo de flexibilização da política monetária começou apenas no início de 2009; as ações no sentido de reduzir alguns impostos tiveram efeitos concretos sobre a produção e venda de alguns setores específicos, contribuindo para a retomada da atividade econômica nos primeiros meses do ano.

No entanto, a crise também gerou outros impactos sobre o lado fiscal, sendo o principal deles a queda da arrecadação. Sob essa perspectiva, a arrecadação da União (excluindo-se as receitas previdenciárias) caiu 5,6% no período janeiro a junho de 2009 relativamente ao mesmo período do ano passado. As maiores quedas têm ficado por conta do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, em grande medida por conta dos incentivos fiscais concedidos a determinados setores para estimular a sua recuperação diante dos efeitos da crise. Porém, outras fontes de arrecadação também registraram queda no período, como foi o caso da Cofins (-9,14%), do PIS/PASEP (-4,6%) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - (-0,6%). Essas quedas refletem, em grande medida, a retração

na atividade econômica no período e o efeito sobre a arrecadação federal.

Do lado das despesas, no entanto, nenhum esforço maior tem sido feito do lado do governo federal no sentido de tentar promover maiores ajustes ante a queda verificada na arrecadação e preservar o superávit primário. As despesas do Governo Central registraram crescimento de 18,6% no período janeiro a maio de 2009 em relação ao mesmo período do ano passado. A conjugação desses elementos levou a uma queda significativa do superávit primário: no período de janeiro a maio de 2008, o Governo Central registrou superávit de R\$ 53,5 bilhões (4,7% do PIB) e no mesmo período desse ano o superávit registrado foi de apenas R\$ 19,3 bilhões (1,6% do PIB). Tão marcante quanto esse fenômeno é o fato de que grande parte da expansão dos gastos ocorreu do lado dos gastos com pessoal (22,6%) e custeio e capital (22,4%). Em outras palavras, grande parte dos aumentos dos gastos veio por conta do crescimento das despesas correntes e não dos investimentos, o que seria mais recomendável na situação atual.

Sob essa lógica, fica claro que o resultado das contas públicas em 2009 será significativamente inferior ao verificado no ano passado, refletindo, em grande medida, os efeitos da crise econômica no período. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Mercado travado

Com a taxa de juros do Finame agrícola em 4,5% ao ano, este é um bom momento para o agricultor trocar seu trator. O duro é conseguir o dinheiro no banco, já que a maioria das instituições financeiras classifica os agricultores como clientes de alto risco.

“Depois que a Justiça de Mato Grosso suspendeu o arresto de máquinas agrícolas, os bancos aumentaram as restrições aos agricultores”, diz Milton Rego, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Queda nas vendas

Nos primeiros seis meses deste ano, as vendas de máquinas no mercado interno somaram 18.932, com queda de 5,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O que salvou as indústrias foram as vendas de tratores de pequeno porte, com preço médio de R\$ 60 mil, por meio dos programas oficiais como Mais Alimentos, Pró-Trator e Trator Solidário. Nos últimos doze meses, cerca de 16 mil tratores foram vendidos nesses programas.



Ervas desafiam a soja transgênica

A buva, uma erva daninha resistente ao glifosato, começa a preocupar os agricultores que utilizam a soja transgênica no Brasil, no Paraguai e nos Estados Unidos. Nas lavouras de soja do Meio-Oeste americano, os produtores enfrentam não apenas a buva como também o amaranto. Por aqui, a buva já infestou lavouras do norte do Rio Grande do Sul e do oeste do Paraná e já chegou aos campos de Maringá, no norte paranaense.

O que diz a Monsanto

Comunicado da Monsanto afirma que no Brasil existem quatro casos de resistência de biótipos de plantas daninhas ao glifosato: azevém, capim amargoso e a buva. “Não existe comprovação de uma correlação direta entre o uso da tecnologia Roundup Ready e a seleção de biótipos resistentes ao glifosato, pois a ocorrência de espécies resistentes ocorre também em locais onde a tecnologia não é utilizada, como, por exemplo, em culturas perenes”, afirma o comunicado.



Perdas de até 40%

“O problema é sério”, diz o pesquisador Dionísio Luiz Piza Gazziero, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). “No Brasil, nas lavouras mais infestadas, a queda da produtividade pode chegar a 40%, isto sem contar o aumento dos custos com herbicidas e a perda da qualidade da soja, devido à maior umidade e impureza dos grãos”, diz o pesquisador.

Seleção de Darwin

O uso continuado do mesmo herbicida, no caso o glifosato, acabou selecionando plantas tolerantes e resistentes. Por enquanto, a maior ameaça à soja é a buva, mas outras plantas daninhas começam a ganhar expressão como o amaranto, no Paraná, e o azevém no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Como controlar

Para controlar a erva, Gazziero recomenda a sucessão da soja com trigo ou aveia, em vez de milho safrinha, e o uso de outros herbicidas, com mecanismo diferente daquele do glifosato. Essas práticas acabam anulando as vantagens da soja transgênica, a facilidade de manejo e o menor uso de herbicidas, o que traz também menor impacto ambiental.

NOVA PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL A PARTIR DE ALGAS

A Exxon Mobil anunciou no dia 14 de julho que investirá aproximadamente US\$ 300 milhões para a produção de biocombustíveis de nova geração – se os projetos apresentarem resultados positivos, ainda há previsão de investir mais US\$ 300 milhões. Boa parte dos recursos será aplicada na Synthetic Genomics para a produção de biocombustível a partir de algas. Conforme apontado por Craig Venter, importante executivo dessa empresa, a produção de biocombustíveis a partir de algas apresenta importantes vantagens. Diferentemente dos atuais biocombustíveis, notadamente o etanol de cana-de-açúcar ou de milho, a produção a partir de algas não depende de ciclos agrícolas, pois sua produção é resultado de processos industriais.

Ainda assim, a variedade de alga geneticamente modificada pesquisada pelo Synthetic Genomics se diferencia das demais porque o óleo combustível não é obtido a partir da quebra das células, mas por meio de secreção. Essa variedade, além de possuir uma secreção rica em óleo combustível, permite acelerar seu processo de fotossíntese e produção de óleo ao ser exposta a maiores luminosidade e temperatura. Outro ponto que diferencia a variedade de alga é a sua necessidade de consumir CO₂, como uma espécie de insumo para o seu desenvolvimento. Ou seja, abre-se a possibilidade de aproveitar parte do CO₂ liberado por alguns processos industriais para a produção de biocombustível.

(The Economist, 15 de julho de 2009)

ÔNIBUS A HIDROGÊNIO

Começa a circular em São Paulo a partir de agosto um ônibus a hidrogênio totalmente desenvolvido no Brasil. “O Brasil é um dos cinco países do mundo que dominam a tecnologia e que têm ônibus movidos a hidrogênio. Somos o único, entre esses países, que detém uma tecnologia híbrida, como segunda opção para o ônibus a hidrogênio: a eletricidade”, disse o governador José Serra.

MAIOR FREQUÊS

A China consolidou sua posição de maior cliente do agronegócio brasileiro, ao gastar US\$ 5,3 bilhões com commodities agrícolas no primeiro semestre deste ano.

LIVRE DE AFTOSA

Em 2010, São Paulo e o Paraná devem alcançar o *status* de zona livre de febre aftosa sem vacinação. Há 13 anos que o estado não tem nenhum foco da doença. Na etapa de maio, somente os animais com até 24 meses foram vacinados, faixa que pode ser reduzida na campanha de novembro.

Mais suíno e menos grana

As exportações de carne suína, em junho, totalizaram 53,92 mil toneladas, um crescimento de 4,23% em relação a junho de 2008. No semestre, o resultado já é 8,79% superior ao do mesmo período de 2008. A Abipecs reviu sua estimativa de exportação para 2009 para 600 mil toneladas. O preço médio, porém, é quase 33% inferior ao do ano passado.

POUCA MÃO DE OBRA

“O problema é que a produção destes tratores exige pouca mão de obra, ao contrário, por exemplo, das colheitadeiras”, explica Rego. Só de novembro de 2008 para cá, 3.000 trabalhadores perderam o emprego no setor de máquinas agrícolas.

Rei da soja

Das 19,3 milhões de toneladas exportadas pelo Brasil nos últimos seis meses, 7,54 milhões saíram de Mato Grosso, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

HÁ CINCO ANOS...



O crescimento da demanda por álcool vai provocar um aumento da área plantada de cana-de-açúcar nos próximos anos, na avaliação da Unica (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo). A área deverá atingir 7 milhões de hectares no País até 2010. Atualmente, a cultura ocupa 5 milhões de hectares.

Agroanalysis, novembro de 2004

AQUECIMENTO GLOBAL



Ricardo Stuckert/PR

“O enfrentamento da mudança climática não pode ser obtido pela perpetuação da pobreza”

MANHOMAN SINGH, presidente da Índia, durante o G5 em L'Aquila, Itália

“Os países ricos exigem que os pobres sejam responsáveis pela redução da poluição do planeta”

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA, durante as reuniões do G5

“Mesmo que os países desenvolvidos cortassem suas emissões [de gases de efeito estufa] para zero, o mundo ainda ultrapassaria os 2 graus °C, a não ser que os países em desenvolvimento também passassem de um crescimento de alto carbono para um crescimento de baixo carbono. (...) Um pacto climático ambicioso terá que envolver todos”

ED MILIBAND, ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido, sobre sua expectativa em relação à reunião sobre mudanças climáticas marcada para dezembro em Copenhague, na Dinamarca

“A bola voltou quadrada para o colo dos emergentes”

LUÍZ GYLVAN MEIRA FILHO, do Instituto de Estudos Avançados da USP e ex-vice presidente do IPCC da ONU, sobre a intenção dos países industrializados de adotar uma meta de cortes de emissões de 80% até 2050

“O custo da mão de obra no café representa hoje até R\$ 100 de cada saca beneficiada”

LUÍZ HAFFERS, cafeicultor e ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira

“Se você tentar banir o uso de derivativos, vamos voltar à Idade da Pedra nas finanças”

LEO MELAMED, financista norte-americano e ex-presidente da Bolsa Mercantil de Chicago (CME)



“Há 20 anos, o componente produtividade prevalecia. Hoje temos a palavra sustentabilidade, que significa renda, compromisso social e ambiental. A Embrapa tem que atuar em todas essas vertentes, que tornam as pesquisas cada vez mais complexas”

PEDRO ARRAES, diretor-presidente da Embrapa

Competitividade das regiões brasileiras

Novas fronteiras agrícolas

Alexandre Machado Lobo¹

A PRODUÇÃO de soja no Brasil vem exibindo crescimento elevado, com maior destaque após o início década de 1990. Esse crescimento conduziu o Brasil ao grupo dos maiores produtores e exportadores de soja do mundo. A forte expansão da produção ocorreu fundamentalmente com base em aumento da área plantada, tanto nas regiões tradicionais como nas “fronteiras agrícolas” do Cerrado brasileiro.

No entanto, deve-se ressaltar que a última grande expansão de área plantada de soja no Brasil ocorreu entre as safras de 2000/01 e 2004/05, período em que foram abertos mais de 9,3 milhões de hectares. De lá para cá, a área plantada recuou do recorde de 23,3 milhões de hectares (2004/05) para 21,7 milhões de hectares (estimativa para a safra 2008/09).

Há um consenso mundial de que o Brasil é o produtor mundial com maiores vantagens competitivas para atender ao crescimento previsto para a demanda de alimentos e, mais especificamente, de grãos. É certo também que a retomada do crescimento da área plantada será fator primordial para que possamos aumentar a produção.

Mas será a possibilidade de crescimento da área plantada a única fonte de vantagem competitiva da produção de soja para exportação no Brasil? Para responder a essa pergunta este artigo se propõe a analisar, de forma qualitativa, os principais fundamentos que influenciam a competitividade das regiões na produção e exportação de soja.

Perfil regional da produção

Cerca de 97% da produção brasileira de soja concentram-se em 35 regiões². As re-

giões do Grupo A (ver tabela) tiveram no período 1997-2007 crescimento da produção de soja acima da média nacional e estão entre as maiores regiões produtoras. Todas as regiões desse grupo localizam-se no Cerrado brasileiro, e devem se manter nos próximos anos na liderança da produção de soja.

O Grupo B é composto por regiões de grande produção, mas com crescimento inferior à média nacional. Essas regiões têm a produção consolidada, já estando próximas do limite de aproveitamento de área para o plantio de soja. Todas localizam-se na Região Sul, exceto o sudeste mato-grossense, região polarizada pelo município de Primavera do Leste.

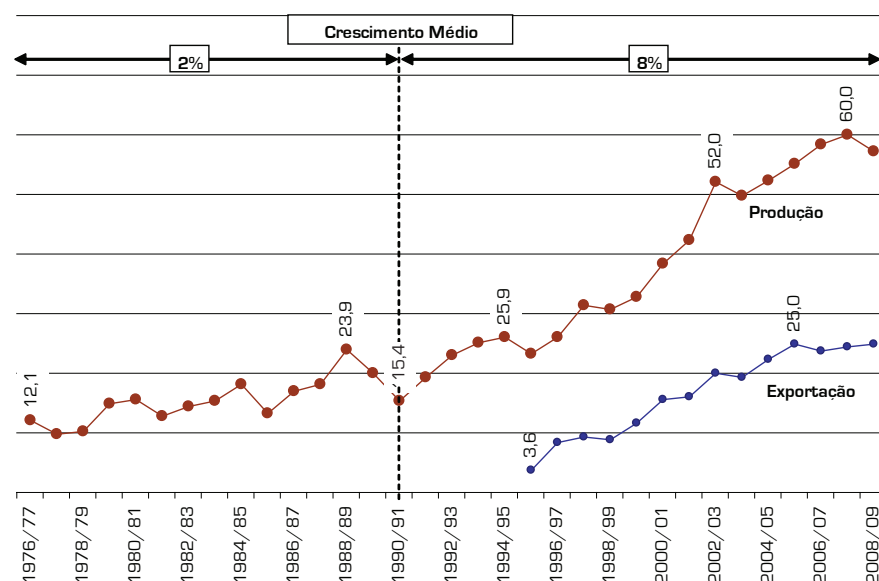
No Grupo C estão as regiões com produção e crescimento abaixo das médias nacionais, o que indica, por diversos motivos, uma posição de saturação na sojicultura. São regiões do Sul do país, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esse grupo não deverá apresentar dinamismo na produção e exportação de soja no médio prazo.

As regiões do Grupo D têm produção de soja ainda relativamente pequena, mas com crescimento bem acima da média nacional. De um lado estão as que se posicionam como polos dinâmicos da sojicultura (novas fronteiras agrícolas) e, de outro, as com crescimento futuro comprometido por disponibilidade de área e restrições agroclimáticas.

Indicadores de vantagens competitivas

As vantagens competitivas serão agrupadas em um binômio capacidade-rentabilidade. A capacidade refere-se a condicionantes do crescimento da produção, como disponibilidade de área, aptidão agrícola e capacidade logística. A rentabilidade, a renda bruta relativa ao custo da terra.

Evolução da produção e exportação de soja no Brasil (milhões de toneladas)



Fonte: Conab/Secex

A classificação relacionada à disponibilidade de área levou em conta a oferta de terras agricultáveis e a concorrência com outras culturas; para a aptidão agrícola, a produtividade média nas regiões. Com relação à capacidade logística considerou-se a disponibilidade de transporte ferroviário e a distância em relação aos principais portos.

Para o indicador de rentabilidade foi feito o levantamento, em algumas das principais regiões, da renda gerada em cada ciclo relativamente ao custo da terra. Os preços regionais da soja foram obtidos em levantamento da Campo³, em praças representativas das regiões analisadas⁴ (Sacas/ha). Nas planilhas da Conab foram obtidos os custos da terra⁵.

$$\text{Renda Anual sobre Custo da Terra} = \frac{\text{Renda Bruta Anual} / \text{ha}}{\text{Custo da Terra} / \text{ha}}$$

Como pano de fundo deve-se ter em mente duas grandes forças que orientam o deslocamento da produção de grãos no Brasil: de um lado, as pressões ambientais que tendem a afastar a soja do bioma amazônico; de outro, o crescimento da cana-de-açúcar no Centro-Sul (regiões de Mato Grosso do Sul, Goiás e do Triângulo Mineiro).

Avaliação qualitativa das regiões

O resultado da avaliação qualitativa das vantagens competitivas na produção de soja voltada para a exportação é mostrado no mapa.

Quanto à disponibilidade de área, perderam pontos as regiões do Grupo B e Rio Verde, onde há acirramento na disputa com a cultura de cana-de-açúcar. Quanto à produtividade, a situação na safra atual indica melhor cenário para as regiões dos Grupos A e B. Já para a capacidade de escoamento, destaque para as novas fronteiras agrícolas.

As perspectivas para as novas fronteiras, em termos de capacidade de escoamento, são promissoras. Destaca-se a aquisição pela Vale da subconcessão da Ferrovia Norte-Sul, em 2007, cuja linha ferroviária operada se estenderá até Palmas (TO), to-

Regiões produtoras de soja no Brasil

Grupo		Pólos
A	1 Norte Mato-grossense - MT	Sorriso, Sapezal
	2 Sul Goiano - GO	Jataí, Rio Verde
	5 Sudoeste de Mato Grosso do Sul - MS	Maracaju, Dourados
	7 Extremo Oeste Baiano - BA	São Desidério, Barreiras
	9 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - MG	Uberaba, Uberlândia
	10 Nordeste Mato-grossense - MT	Querência, Canarana
B	3 Noroeste Rio-grandense - RS	Passo Fundo
	4 Sudeste Mato-grossense - MT	Primavera do Leste
	6 Oeste Paranaense - PR	Cascavel, Toledo
	8 Norte Central Paranaense - PR	Londrina
	11 Centro Ocidental Paranaense - PR	Campo Mourão
C	12 Centro Oriental Paranaense - PR	Ponta Grossa
	13 Centro-Sul Paranaense - PR	Guarapuava
	15 Centro Norte de Mato Grosso do Sul - MS	São Gabriel do Oeste
	17 Norte Pioneiro Paranaense - PR	Cornélio Procopio
	20 Sudoeste Paranaense - PR	Pato Branco
	21 Leste de Mato Grosso do Sul - MS	Chapadão do Sul
	23 Ribeirão Preto - SP	Ribeirão Preto
	26 Oeste Catarinense - SC	Chapecó
	27 Assis - SP	Assis
	35 Centro Oriental Rio-grandense - RS	Cachoeira do Sul
D	14 Sul Maranhense - MA	Balsas
	16 Centro Ocidental Rio-grandense - RS	Santa Maria
	18 Noroeste de Minas - MG	Unai
	19 Leste Goiano - GO	Cristalina
	22 Sudoeste Piauiense - PI	Uruçuí
	24 Leste do Tocantins - TO	Campos Lindos
	25 Noroeste Paranaense - PR	Paranavaí
	28 Sudoeste Rio-grandense - RS	São Gabriel
	29 Sudeste Paranaense - PR	Irati
	30 Nordeste Rio-grandense - RS	Vacaria
	31 Ocidental do Tocantins - TO	Guaraí
	32 Norte Catarinense - SC	Mafra
	33 Leste Rondoniense - RO	Vilhena
	34 Sudoeste Mato-grossense - MT	Tangará da Serra

Fonte: Embrapa Cerrados, WWF, Conab, IBGE

talizando 720 km, com construção a cargo da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

A extensão da Ferrovia Norte-Sul irá se somar ao trecho que a Vale já opera desde o início da década de 90, de 200 km, en-

tre Açailândia (MA) e Porto Franco (TO), também construídos pela Valec, oferecendo sinergia com a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e com o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e Porto de Itaqui (Berço 105), em São Luís (MA).

No noroeste de Minas⁶, os exportadores que embarcaram a soja no Terminal Intermodal de Pirapora (TIP), inaugurado em abril de 2009, terão acesso a um corredor de grande capacidade até Vitória (ES), onde localiza-se o Terminal de Produtos Diversos (TPD), operado pela Vale no Porto de Tubarão.

Em levantamento realizado pela Campo, a região noroeste de Minas ocupa, com atividades agrícolas, apenas 15% da área apta disponível, de 2,5 milhões de hectares. O mesmo levantamento indicou que a região tem potencial de produzir até 6 milhões de toneladas de soja.

No indicador de rentabilidade atual, foram exatamente essas regiões que apresentaram os melhores resultados, expressando a alta atratividade da sojicultura

(capacidade-rentabilidade). No noroeste de Minas, por exemplo, a região de Buritizeiro, que produz ainda pequenas quantidades, já sofre impacto positivo, com aumento de 40% na produção.

Conclusões

Este artigo procurou analisar, de forma qualitativa, os principais fundamentos que influenciam a competitividade das regiões na produção e exportação de soja, trabalhando o binômio capacidade-rentabilidade e avaliando o perfil regional atual da sojicultura brasileira.

Conforme o mapa, nas regiões líderes, todas com nível considerável de restrições logísticas (acesso a transporte ferroviário e distância dos principais portos), o espaço para aumento da rentabilidade é limitado, e o ganho de área deverá

fundamentar a expansão da produção a médio prazo.

De outro lado, a perspectiva de implantação de novos corredores logísticos em algumas das mais importantes novas fronteiras agrícolas (MA, TO, PI e Noroeste de Minas) cria um ambiente propício para o aumento da atratividade dessas regiões, que já é elevada, no que se refere à produção de soja para exportação. ■

1 Engenheiro agrônomo da Campo Consultoria e Agronegócios Ltda.

2 Mesorregiões no conceito do IBGE.

3 Posição em maio de 2009.

4 Para expurgar o efeito da produtividade, consideramos a média brasileira (47 sacas/hectare).

5 Considera 3% sobre o preço real médio histórico de venda.

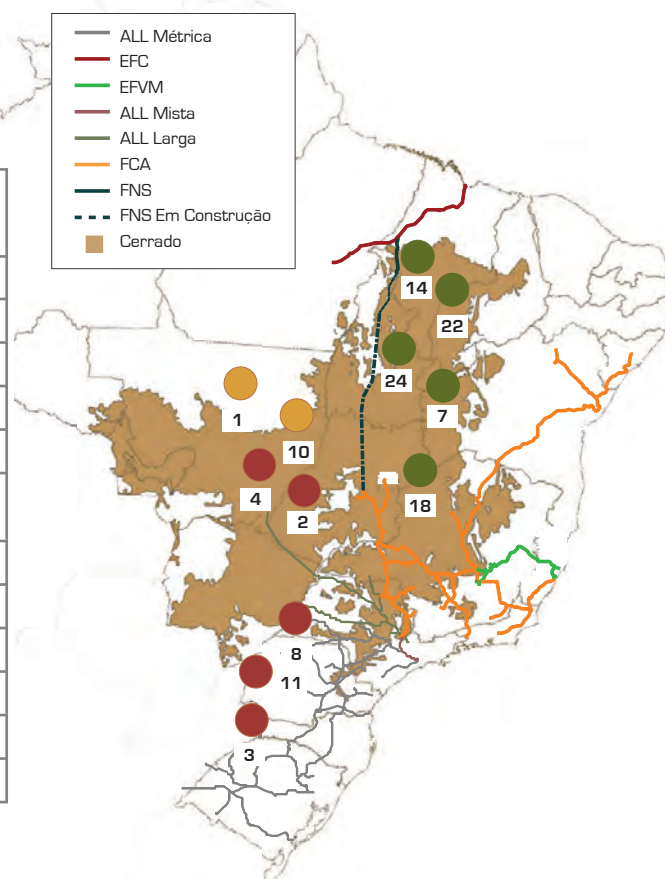
6 Polarizada pelos municípios de João Pinheiro, Paracatu, Unaí, Buritis, Formoso e Pirapora.

Avaliação qualitativa de vantagens competitivas em regiões selecionadas

Competitividade das regiões

- Alta
- Média
- Baixa

		Pólos	Capacidade			Rentabilidade	Geral
			(1)	(2)	(3)		
A	1	Sorriso	●	●	●	●	●
	2	Rio Verde	●	●	●	●	●
	7	Barreiras	●	●	●	●	●
	10	Querência	●	●	●	●	●
B	3	Passo Fundo	●	●	●	●	●
	4	Primavera do Leste	●	●	●	●	●
	8	Londrina	●	●	●	●	●
	11	Campo Mourão	●	●	●	●	●
D	14	Balsas	●	●	●	●	●
	18	Unaí	●	●	●	●	●
	22	Uruçuí	●	●	●	●	●
	24	Campos Lindos	●	●	●	●	●



(1) Disponibilidade de Área

(2) Produtividade

(3) Capacidade de Escoamento (Logística)

Fontes: Embrapa Cerrados, WWF, Conab e IBGE

Fertilizantes

Reviravolta no mercado em 2008 e 2009

Alcides de Moura Torres Jr¹
 Fabiano Ribeiro Tito Rosa²
 Rafael Ribeiro de Lima Filho³

OS ÚLTIMOS acontecimentos relativos ao mercado de fertilizantes podem ser divididos em três momentos distintos.

Demanda crescente

O primeiro semestre de 2008 se caracterizou por demanda elevada. Nesse período, os produtores estavam estimulados, em função da valorização das *commodities* agrícolas. A elevação dos preços de milho e soja no período refletem bem o processo, que resultou em um crescimento da área plantada em 2007/2008, o que, por sua vez, aumentou a demanda por fertilizantes.

Chegou a crise

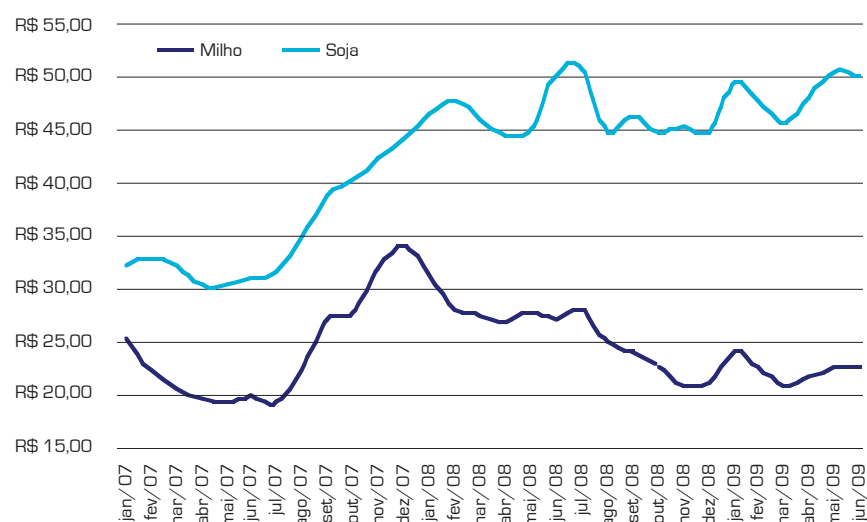
Mediante o estouro da crise financeira, o crédito ficou caro e escasso. Por conta disso, os produtores diminuíram os investimentos, principalmente em adubação e uso de defensivos.

Como consequência da menor demanda por fertilizantes, os estoques começaram a se avolumar, tirando a sustentação dos preços. Vale destacar que grande parte desses estoques havia sido adquirida no primeiro semestre de 2008, quando o mercado estava aquecido e as cotações lá em cima.

A partir de outubro de 2008, os preços dos fertilizantes começaram a cair. A cotação da ureia, por exemplo, caiu mais de 41% entre outubro e dezembro do ano passado.

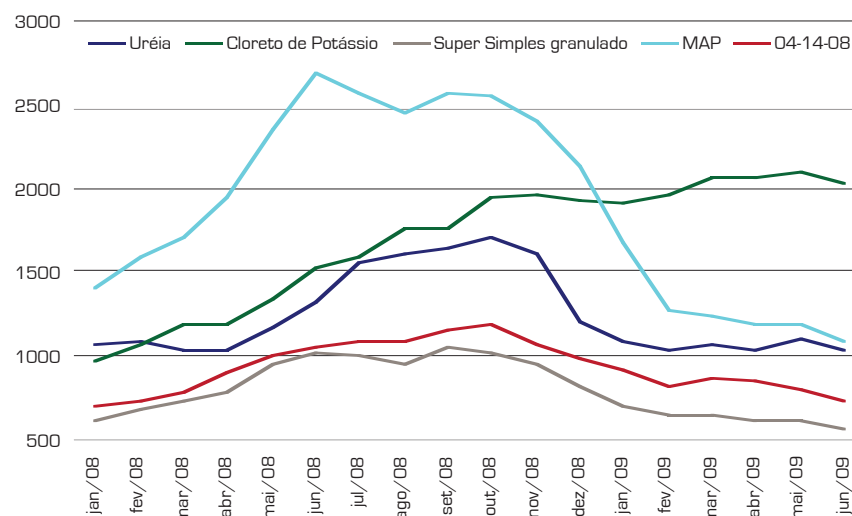
Com isso, os fabricantes e as misturadoras diminuíram o ritmo de produção e de importação das matérias-primas, para se de ajustarem ao mercado.

Indicadores de preços Esalq do milho e da soja (R\$/saca de 60kg)



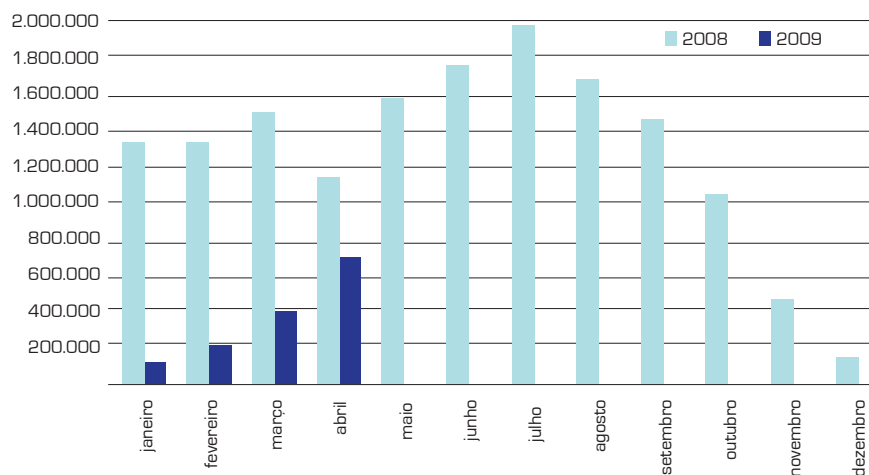
Fonte: Esalq

Preços dos principais fertilizantes no mercado brasileiro (R\$/tonelada)



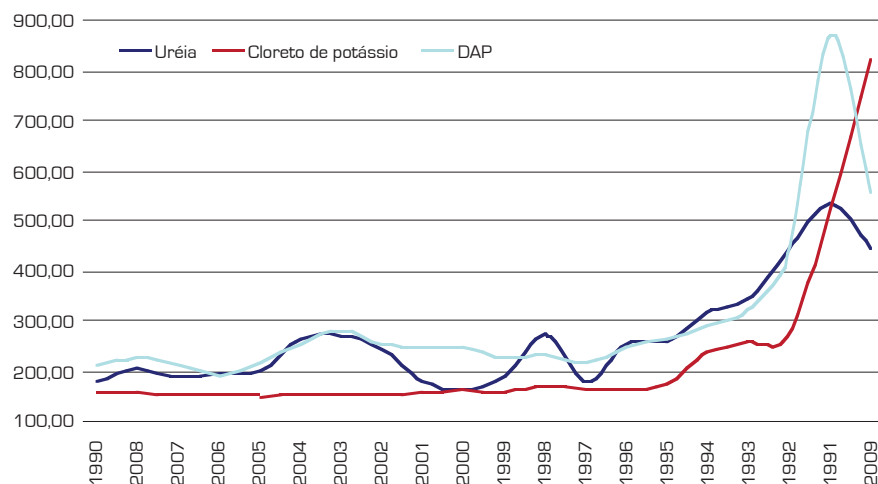
Fonte: Scot Consultoria

Importações brasileiras de fertilizantes (toneladas)



Fonte: Anda

Preços dos fertilizantes no mercado internacional (US\$/tonelada)



Fonte: Anda

As importações brasileiras, que ultrapassavam facilmente a casa de um milhão de toneladas de fertilizantes, chegando a quase 2 milhões de toneladas em julho de 2008, por exemplo, fecharam em menos de 200 mil toneladas em dezembro do ano passado.

A demanda caiu também no mercado mundial em função dos mesmos motivos.

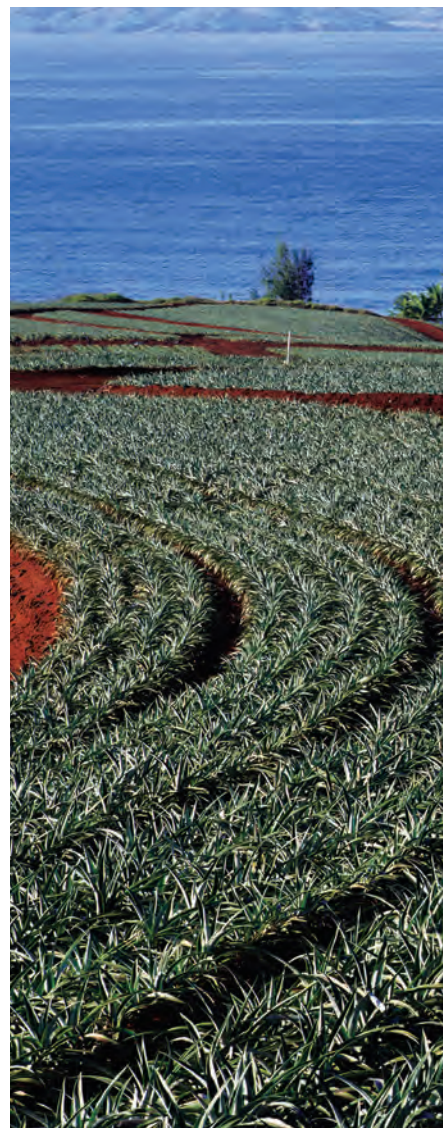
Como a dependência externa do Brasil por potássio é maior (mais de 91% da demanda interna vêm de fora), os preços domésticos acompanharam a alta deste produto no mercado internacional. O mesmo pode ser observado para o nitro-

gênio e o fósforo, cuja dependência é de 70% e 50%, respectivamente.

Momento atual

Em geral, os preços dos fertilizantes se estabilizaram em patamares relativamente baixos em 2009, tanto no mercado interno como no mercado externo.

No Brasil, passaram o plantio da safriinha e o período das compras antecipadas – pois alguns produtores aproveitaram os preços relativamente convidativos para adquirir os fertilizantes para a próxima safra – o mercado de fertilizantes entrou em um período de calma.



No médio prazo a expectativa é de aumentos de preço. Afinal, a partir de agosto, deve haver um aquecimento das compras visando à próxima safra (2009/2010).

Além do mais, a situação para o produtor deve melhorar em termos de crédito. Vale lembrar que na atual safra o produtor teve de bancar grande parte dos custos das lavouras.

Apesar da tendência de alta, os preços devem ficar em patamares bem abaixo dos verificados no primeiro semestre de 2008. ■

1. Engenheiro agrônomo.
2. Zootecnista, msc.
3. Zootecnista.

Sojicultura

Arranjos societários de produtores endividados

Mauro de Rezende Lopes¹

DESENVOLVE-SE NO meio rural uma semente que pode dar frutos para produtores endividados. Em alguns estados temos visto que produtores organizados em grupo montam uma parceria para compra de insumos, uma vez que não tem havido crédito bancário para quem tem restrições cadastrais. Os produtores formam uma associação com o objetivo de reunir os poucos recursos disponíveis para baixar os preços dos insumos, a partir de compras em conjunto em lotes maiores. Em Goiás há alguns grupos que nasceram do protesto de produtores contra margens muito elevadas dos preços dos defensivos.

No começo houve ceticismo e desconfiança, atitudes normais no meio rural. Mas, com o passar do tempo o convencimento de que valia a pena montar uma associação, um arranjo societário, uma forma de comprar insumos em conjunto, veio da comparação do preço que conseguiam após a compra nessa modalidade em relação aos preços de mercado. Comprando lotes maiores diretamente da fábrica os produtores associados conseguiram consideráveis reduções de preços.

Agora estão em uma nova fase. Vão montar um armazém para que as indústrias depositem lá os defensivos e cada produtor irá buscar o seu lote; o que reduzirá ainda mais os preços. Daí para a compra associada de fertilizantes foi um pulo. Começaram a montar uma pequena cooperativa para comprar em conjunto defensivos e fertilizantes. Aquela vantagem de preços ampliou-se mais ainda. Antes havia descontos de 5 a 10%, para pagamento à vista, e, agora, com a cooperativa,

chegam a 15%. Em seguida, essa pequena cooperativa se associou a uma grande, de penetração em todo o Centro-Oeste (CCAB), e os abatimentos na compra de fertilizantes ficaram muito maiores.

Leva tempo pra convencer um grupo de produtores a trabalhar construtivamente suas diferenças no sentido de formar associações. Uma em particular, que visitei, levou quatro anos para se consolidar. No começo foi difícil, mas hoje existem 14 “empresas” associadas – por empresa, nessa associação, se entende um produtor associado a mais dois ou três que ele garante e “avaliza”. Hoje, há benefícios para mais de 45 produtores.

Essa associação conseguiu uma redução no custo de defensivos de 25 a 38% em conjunto com a grande cooperativa. Também obteve uma redução no custo de fertilizantes, que era de 5 a 10%, e hoje, com a cooperativa maior como empresa-âncora, o desconto atinge de 15 a 20%. Com isso os produtores vão administrando a escassez de capital, uma vez que, tendo dívidas, os bancos não fazem empréstimos. Com essa forma de associação eles estão conseguindo até pagar parte das dívidas. Mas, o que é mais importante, fazendo uma associação de capital com recursos líquidos suficientes para pagar à vista, eles conseguem descontos muito grandes.

Esse é um Brasil que no meio rural está dando certo. Os produtores que não têm pendor para o associativismo, com as dificuldades das dívidas agrícolas, estão aprendendo a tê-lo. Os produtores estão mudando “suas cabeças”. Quando visitei algumas associações de produtores im-

pressionaram-me muito as palavras dos produtores quando perguntei por que se haviam associado. Eles disseram que se fizeram uma pergunta simples: “O que podemos fazer juntos que é melhor do que separados?”. Partiram deste ponto. Outros produtores, de outra associação disseram: “Os nossos problemas não estão da porteira da fazenda para dentro e, sim, para fora da fazenda, e a associação é o caminho normal na agricultura hoje para sobreviver no mundo hostil da falta de crédito”. Talvez a frase que mais me tenha impressionado na visita a esses condomínios tenha sido: “A minha prosperidade depende da prosperidade do meu vizinho”, significando com isso compra de lotes maiores de insumos e venda de lotes maiores de produto.

Estão aparecendo várias formas de associação, negócios em conjunto, consórcios e condomínios agrários. Vale a pena fazermos uma visita a essas organizações, obter delas depoimentos como se organizaram, quais os principais passos a serem adotados, e como, sobretudo, queimar etapas, cortar caminhos e fazer com que se formem associações mais rapidamente.

Há um papel importante para todos nós, para a Aprosoja, e para a comunidade de pesquisadores que vivem no campo vendo os casos bem sucedidos, que é o de organizar esse conhecimento e o transferir-lo para o produtor. Hoje na agricultura, no Brasil e no mundo, a chave do sucesso são as formas associativas de negócios. ■

¹ Pesquisador do Centro de Estudos Agrícolas, Ibre/FGV. e-mail: mrlopes@fgv.br.

ESPECIAL

A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO



Referência como um movimento de pessoas, que tem como valor maior a “sua gente”, o cooperativismo brasileiro é também referência por seus benefícios sociais e sua participação expressiva na economia do País. Mesmo diante da crise global, o setor cooperativista destaca-se como alternativa sustentável e faz das dificuldades um caminho para novas oportunidades. A força do cooperativismo brasileiro, portanto, é reconhecida por autoridades e especialistas brasileiros, que manifestam sua percepção e avaliação do setor nos depoimentos a seguir. Vale conferir!



Organização das Cooperativas Brasileiras



“O cooperativismo é uma doutrina que combate a exclusão social e a concentração da riqueza, e estes são os piores inimigos da democracia no interior de cada país, e da paz universal. Portanto, o cooperativismo *[que é o braço econômico da organização da sociedade]* é o maior aliado de governos democráticos sérios, cujos objetivos são os mesmos da cooperação”.

Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV)



“O cooperativismo brasileiro fortalece sua característica de propulsor do desenvolvimento econômico e de balizador de mercado. Especialmente em momentos de crise internacional, o modelo cooperativista responde com crescimento em ambientes altamente competitivos, expandindo as exportações, aumentando a distribuição de renda, e gerando empregos, sem se distanciar da doutrina e dos princípios que o norteiam”.

Luiz Roberto Baggio, presidente da Cooperativa Agropecuária Bom Jesus e representante Nacional do Ramo Agropecuário da OCB



“O cooperativismo deixou de ser apenas uma doutrina bonita, apurada e reconhecida mundialmente, para transformar-se em um grande e eficaz instrumento de transformação da sociedade humana. Em todo o planeta, mais de 750 milhões de pessoas beneficiam-se dos efeitos da cooperação na vida cotidiana. Em Santa Catarina, o cooperativismo reúne 2,5 milhões de pessoas, ou seja, mais de um terço da população local está ligada a essa filosofia de vida. São 858 mil famílias ligadas a 255 cooperativas, que movimentam R\$ 11 bilhões e respondem por 12% do PIB do estado. Cooperativismo significa trabalho, renda, habitação, ensino e assistência. E futuro”.

Neivor Canton, diretor Financeiro da Coopercentral Aurora





“O cooperativismo, em todo o mundo, prima por sua capacidade de distribuição mais equânime de riquezas e indução do desenvolvimento regional. No Brasil, a realidade não é diferente, basta observar a participação do setor no PIB nacional”.

Antonio Chavaglia, presidente do Sistema OCB/Sescoop-GO

“O cooperativismo é a forma de organização econômica que, em todo o mundo e em mais de um século de existência, foi incorporada por todas as culturas, está presente em todas as regiões, e tem importância significativa em todas as atividades produtivas. Reúne pessoas, gera riqueza e distribui abundância. No caso do setor leiteiro do Brasil, permite ainda que isso ocorra no interior do País, em todos os municípios, nos mais longínquos rincões. Acreditar no cooperativismo é acreditar que é possível conciliar solidariedade, justiça e eficácia”.

Jacques Gontijo, presidente da CCPR/Itambé



“As cooperativas contribuem decisivamente para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, pois além de gerarem benefícios diretos aos milhões de cooperados e suas famílias, trazem impactos positivos para as comunidades onde estão inseridas. São inúmeros os exemplos de sucesso das cooperativas, na cidade e no campo, que proporcionam, especialmente aos pequenos empreendedores, ganhos de escala, acesso a informações técnicas, transferência de tecnologia e crédito. O cooperativismo é um caminho ideal para que as pessoas tenham melhores condições de vida. Estamos crescendo de maneira sustentada e trazemos soluções para muitos problemas do nosso país”.

Edivaldo Del Grande, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp)



“Num país como o Brasil, onde a produção agrícola demonstra ser uma das mais eficientes e competitivas do mundo, temos de nos preparar para continuar a conquistar e manter os mercados internacionais, com produtos padronizados, com qualidade e preços cada vez mais competitivos. Temos de demonstrar nossa capacidade de organização e mobilização para retirar as amarras que ainda nos prendem e conquistar o que nos é devido. Nada mais racional e lógico que a organização cooperativa, instrumento econômico e social que contribui para nossa evolução e nos dá o senso de organização e força política de que tanto precisamos”.

Alysson Paolinelli, produtor rural

“O Dia Internacional do Cooperativismo confirma a importância de nosso segmento para o desenvolvimento socioeconômico em âmbito mundial. É uma data marcante, quando nos mobilizamos para ressaltar o potencial e a pujança das atividades ligadas a essa excepcional doutrina”.

Ronaldo Scucato, presidente do Sistema Ocemg/Sescoop-MG e vice presidente da OCB



“O cooperativismo sempre contribuiu para o desenvolvimento do País, alavancando as comunidades nas áreas econômica e social. E, neste momento de recessão mundial, o cooperativismo está fazendo o papel de estabilizador da economia, e os associados participam dos resultados. No mesmo momento em que grandes empresas administram seus negócios com prejuízos, as cooperativas estão dando mostra de administração, garantindo estabilidade às comunidades onde estão presentes”.

Dilvo Grolli, diretor-presidente da Coopavel Cooperativa Agroindustrial – Cascavel (PR)

“Em uma economia de concorrência altamente acirrada, as cooperativas conseguem atuar como empresas. Mas, nenhuma empresa, por mais poderosa que seja, conseguirá trabalhar da mesma maneira que uma cooperativa. Esta precisa ser uma empresa comercial para competir no mercado e, ao mesmo tempo, uma organização cooperativista que retorna os resultados para os seus associados, distribuindo riquezas. Fortalecê-las, em todas as suas ramificações, é construir um futuro melhor para o País.”

Luiz Lourenço, presidente da Cocamar Cooperativa Agroindustrial e vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar)



“O sistema cooperativo se constitui num dos mais importantes instrumentos de inclusão e de desenvolvimento da sociedade, além de ser o único capaz de superar momento de crise como o que o mundo vive nos dias de hoje. Apostando cada vez mais em avanços tecnológicos, científicos, na informação e qualificação de seus quadros, o cooperativismo vem se transformando em uma maneira inovadora de fazer negócios, aumentando a produtividade e promovendo o bem-estar das pessoas e das comunidades. Ou seja, é a face humana do desenvolvimento”.

Nei César Mânica, presidente da Cotrijal Cooperativa Agropecuária e Industrial – Não-Me-Toque (RS)

“Como dito pelo cooperativista Roberto Rodrigues, em sessão solene na Assembleia Legislativa do Ceará, às vésperas do Dia Internacional do Cooperativismo, a organização social é preponderante ao desenvolvimento de um país. O caminho está, sem dúvida, na educação, no conhecimento e na capacitação cooperativista. Só assim desenvolveremos, em regiões como o Nordeste brasileiro, essa ferramenta de inclusão social e distribuição de renda”.

João Nicélio, presidente do Sistema OCB-CE/Sescoop-CE



ÍNDICE

Introdução.....	24
Tendências do cooperativismo agropecuário no mundo e os desafios para o Brasil	24
O impacto da legislação ambiental premissas para revisão e atualização	26
Inserção no mercado internacional	28
Ações de sustentabilidade	31

INTRODUÇÃO

O Dia Internacional do Cooperativismo foi comemorado no dia 4 deste mês. No Brasil, os números do cooperativismo impressionam.

As regiões Sul e Sudeste estão na liderança da representação do faturamento bruto do cooperativismo. Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina concentram a maior fatia desse crescimento.

Números do OCB

Item	2007	2008
Cooperativas	7.672	7.682
Associados	7.687.568	7.887.707
Faturamento	R\$ 72 bilhões	R\$ 82 bilhões
Exportação	US\$ 33 bilhões	US\$ 40 bilhões

Com uma expansão impulsionada pela geração de emprego e mais renda aos associados, parentes e comunidades, mais brasileiros aderiram ao cooperativismo em 2008.

Em face de seu extraordinário impacto social, a sociedade brasileira precisa ter uma ideia clara da relevância e de como o cooperativismo pode servir de instrumento de desenvolvimento econômico com justiça social.

Os princípios mundiais do cooperativismo servem para combater os efeitos da crise financeira, com:

- Favorecimento de gestões democráticas e transparentes pelos seus sócios;
- Promoção da participação econômica equitativa e priorização dos interesses da comunidade.

Com a atenção da sociedade e dos poderes públicos, o cooperativismo no Brasil, que já é uma realidade extraordinária, pode ser ainda muito mais importante se derem mais atenção à atividade.

O debate sobre o cooperativismo avança e atingiu grande nível de sofisticação. Os projetos de lei monitorados pela OCB abrangem da agropecuária à educação, além das relações de trabalho e emprego.

A atuação estratégica da OCB objetiva fortalecer e disseminar o modelo cooperativista. Nessa caminhada, há antigos e novos desafios, como a busca por um tratamento tributário mais adequado às especificidades do setor, a regulação da legislação para que cooperativas possam prestar serviços públicos, adaptação da lei de recuperação judicial, maior proteção e ampliação do crédito rural, entre outros.

TENDÊNCIAS DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO MUNDO E OS DESAFIOS PARA O BRASIL

Sigismundo Bialoskorski Neto*

Novos desafios são colocados para as cooperativas agroindustriais. Algumas cooperativas europeias, como a Arla Foods, que mantém atividades em vários países, ou a Glanbia, que mantém prioridades e negócios internacionais, optaram pela internacionalização de seus negócios em função de mudanças de parâmetros comerciais, e da necessidade de crescimento em escala global de atividades.

Mas, quando se analisam essas estratégias de internacionalização, não é possível esquecer que as cooperativas agropecuárias são organizações que encontram desafios ao longo do processo de crescimento.

O mais importante é o desafio da governança, tanto de plantas industriais em diferentes países como na governança de membros em outros países, sem que a cooperativa perca sua origem. A estratégia pode implicar um afastamento dos sócios originais da cooperativa, de seu local geográfico, e do espaço de competência de sua gestão, processo chamado de “deslocalização”.

O outro desafio é o de encontrar formas de capitalização viáveis para permitir a continuidade do processo de crescimento, da internacionalização e dos ganhos de eficiência. As cooperativas na Alemanha tiveram nos últimos anos algumas modificações na sua legislação de forma a permitir a sua capitalização. A legislação cooperativa alemã permite a figura do investidor nas sociedades cooperativas, da mesma forma que já ocorre também na América do Norte. Mas, apesar disso, não se verificou nem um aumento de capitalização dessas organizações nem o seu crescimento, ao contrário, se verificou uma acentuada “desmutualização”, ou seja, a conversão de várias grandes cooperativas

em empresas de capital chamadas de IOF (*Investidor Oriented Firms*), como o exemplo da Agravis.

Esse não é um fato isolado, pois o mesmo fato ocorreu com a importante Moshav, em Israel, e com algumas importantes cooperativas no Canadá, a exemplo da Saskatchewan Wheat Pool. A questão hoje é de suma importância tanto que em *workshop* na Universidade Hebráica de Jerusalém vários professores e pesquisadores do assunto colocaram as questões: “Por que ocorre esse processo de “desmutualização”? “Por que esse processo ocorre somente com algumas cooperativas?”

Não há uma fácil resposta, e muito menos um consenso a respeito. O professor. M. Cook, dos Estados Unidos (EUA), argumentou durante as discussões que esse processo ocorre em função de um ciclo de vida específico das cooperativas e, em determinado momento, a “desmutualização” ocorreria como forma estratégica para manter a continuidade do crescimento, proporcionar uma capitalização mais ágil, e permitir uma governança mais flexível capaz de internacionalizar suas atividades. Outra explicação plausível foi discutida pelo professor Fulton, do Canadá, a presença de um superintendente/gerente CEO objetivo, com autonomia, e com preparo apenas para a gestão de empresas não cooperativas. Neste caso, a “desmutualização” seria indicada como um caminho viável de tornar a sua gestão de CEO independente da intervenção de diretores e conselheiros, para permitir a presença de investidores e capital, como para melhorar a sua própria remuneração.

Fato é que, nessas análises, não há explicação para compreender as cooperativas que crescem, internacionalizam-se e profissionalizam a gestão, mas que continuam sob a mesma forma de governança cooperativa.

A dúvida persiste também quando se analisa outros países, entre esses o Brasil, onde o processo de “desmutualização” ainda não ocorreu, provavelmente, devido a condições institucionais e legais que impedem e não permitem vantagens econômicas dessa estratégia.

Isso pode ser explicado no Brasil, uma vez que as altas taxas de juros ainda em parte cobradas impedem um processo de abertura de capital ou de emissão de títulos de forma eficiente, pois o custo de oportunidade do capital do investidor ainda é alto no País. Ainda as vantagens tributárias das cooperativas impedem qualquer processo de “desmutualização” que não tenha um ganho adicional significativo. Por último, pelo fato de que a gestão nas cooperativas ser efetuada no Brasil diretamente pelos produtores associados, não tomadores de risco, e sem a presença de um profissional CEO com autonomia, o que impede que essa alternativa de “desmutualização” fosse uma estratégia de vigor e exequível.

De outro lado, em um futuro próximo, teremos no Brasil alguns grandes desafios. A redução das taxas de juros criará, dia após dia, um menor custo de oportunidade para o capital de investidores e, assim, permitirá um mercado financeiro cada vez mais eficiente. Essa tendência indicará às cooperativas agropecuárias a capitalização por meio de títulos ou do mercado financeiro na forma de capital aberto como uma alternativa importante. Se nesse momento a legislação brasileira não permite que isso ocorra na forma cooperativa, possivelmente a alternativa de “desmutualização” poderá passar a ser viável.

Fato é que esses novos desafios são colocados no Brasil em médio prazo, mas neste momento, provavelmente, algumas cooperativas europeias discutem a sua transformação em empresas de capital, com capital aberto, investidores e uma forma flexível de gestão.

Como fica o associado, membro e produtor rural nesse processo? É uma ótima questão. Quando eu a fiz para o prof. Fulton, ele me disse que não sabia se no Canadá esses produtores sentiram a diferença, no caso da conversão da Saskatchewan Wheat Pool em empresa de capital aberto, e eu repliquei a ele: “*se isso é verdade é porque a cooperativa já não mais apresentava os benefícios de uma cooperativa e o processo pode ter sido inevitável. Na ausência de benefícios tanto faz para o produtor rural membro a*



forma organizacional, mas em nível econômico como acionista ele deve optar pela conversão em empresa não cooperativa”.

Assim, há indícios de que só se opta por uma estratégia exclusivamente financeira, como a “desmutualização”, se o quadro social estiver sem perceber a importância de sua cooperativa, sem incentivos. Mais uma vez, a organização do quadro social, ou a gestão do capital social, e a educação cooperativa são a diferença que somente uma gestão formada por membros pode perceber.

Paul Hazen, da NCBA,¹ declarou em recente seminário acadêmico no Co-Operative College, em Manchester, que há nos Estados Unidos casos de cooperativas que se tornaram IOF e retornaram a forma cooperativada em função do descontentamento de seus associados com essa estratégia, particularmente quanto à quebra de relações estáveis de contratos. Mais uma vez, a educação cooperativa parece ser uma variável fundamental, tanto direcionada ao associado, para perceber a importância de sua cooperativa, quanto aos dirigentes, de forma a prepará-los para a gestão de uma organização diferente e com função social.

Mas isso não é novidade, pois em 1844 alguns tecelões já afirmavam a importância da educação cooperativa para a integridade de negócios da organização. Talvez esse seja ainda, depois de 165 anos, o nosso maior desafio. “Educar para a cooperação”. Este foi um dos temas de conferência no Co-Operative College, em Manchester, na Inglaterra, e talvez a resposta do sistema cooperativo à onda da “desmutualização”.

* Professor titular e vice-diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Coordenador do Observatório Socioeconômico do Cooperativismo, convênio OCB-USP, e do Programa de Estudos e Pesquisas em Cooperativismo (E-Coop).

www.fearp.usp.br/cooperativismo

1. National Cooperative Business Association.

O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PREMISSAS PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

Leonardo Papp*

A relação do ser humano com o meio ambiente é, certamente, um dos temas mais discutidos e delicados da atualidade, na medida em que, inevitavelmente, conduz a valores que aparentemente podem se revelar colidentes, tais como a necessidade de garantir e ampliar a produção de alimentos ou a necessidade de utilização de matéria-prima florestal e, de outra parte, as restrições cada vez mais severas à utilização de propriedades rurais impostas pela denominada “legislação ambiental”.

Assim como ocorre nos mais variados segmentos da sociedade, as discussões relativas à proteção e preservação dos recursos ambientais também assume especial relevância no cooperativismo brasileiro, antes de tudo porque o “interesse pela comunidade” constitui um de seus mais basilares princípios.¹

Não obstante isso, diante de restrições legais de caráter “ambiental” que, não raramente, estão descompassadas com a realidade técnica e fática, diversos ramos de atuação do sistema cooperativista vêm encontrando crescentes dificuldades em manter e ampliar suas atividades. É o que se pode identificar de modo especialmente presente nas cooperativas agropecuárias, cujas atividades detêm significativa representatividade no PIB nacional do setor (38,45%).²

Isso porque, caso fossem aplicadas de modo literal as imposições da legislação de cunho ambiental atualmente existentes, muitas das áreas hoje destinadas, por exemplo, à produção de alimentos inevitavelmente deveriam ser pura e simplesmente paralisadas³ e os produtores rurais que as utilizam, não raramente há décadas, poderiam ser, inclusive, criminalmente responsabilizados.⁴

Diante desse cenário é que, no âmbito do sistema cooperativista, intensificam-se os debates relativos à premente necessidade de rever alguns pontos da legislação ambiental, notadamente no que se refere às denominadas Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal,⁵ de modo a buscar saídas que possam, concomitantemente:

- (i) superar o viés social e economicamente excludente que a sua literal aplicação acarretaria; e
- (ii) conduzir à efetiva compatibilização entre a preservação do meio ambiente e a realização de atividades econômicas indispensáveis para o desenvolvimento nacional, para a geração de empregos e para a redução do êxodo rural e das desigualdades sociais.

Entretanto, para que tais objetivos possam ser atingidos, mais do que meramente apresentar e discutir propostas de novas redações para tais figuras jurídicas, considera-se imprescindível identificar e fixar premissas norteadoras para a necessária revisão da legislação ambiental,⁶ inclusive e especialmente aquela aplicável ao setor agropecuário.

O desenvolvimento sustentável como *ultima ratio* da legislação ambiental

A proteção jurídica do meio ambiente não pode ser tratada como um fim em si mesma, como se pudesse estar absolutamente apartada dos impactos sociais e econômicos que acarretam no desenvolvimento de atividades humanas.

Nesse sentido, emblemático é o conteúdo do Princípio n. 1 da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), a saber: “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas ao meio ambiente. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”.

É dizer, mesmo quando estiver disciplinando a utilização e proteção de recursos naturais, a legislação deve ter como objetivo final a busca da promoção de “desenvolvimento sustentável”, o que também pressupõe a necessidade de se garantir um meio ambiente socialmente justo e economicamente viável.

A inevitável vinculação da denominada legislação ambiental a aspectos sociais e econômicos também se revela quando se tem em mente que a “dignidade da pessoa humana”, os “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, o “desenvolvimento nacional”, a “erradicação da pobreza e da marginalidade”, além da “redução das desigualdades sociais e regionais” foram expressamente indicados como fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (arts. 1º e 3º, CRFB/88).

Assim, a promoção do desenvolvimento sustentável emerge como premissa para a produção, revisão e atualização da legislação ambiental, a qual deve estar direcionada à garantia não apenas da preservação dos recursos naturais, mas também na construção de um ambiente socialmente justo e economicamente viável.

A legislação ambiental diante das peculiaridades regionais: o papel dos estados na produção da legislação ambiental

Além de não se restringir a questões estritamente ecológicas (posto estar direcionada ao objetivo mais amplo de promover desenvolvimento sustentável), a produção da legislação ambiental também deve levar em consideração as peculiaridades regionais que inevitavelmente estão presentes num país de dimensões continentais como o Brasil.

Atenta a tal necessidade, especificamente no que concerne à produção da legislação ambiental, a CRFB/88 elegeu o denominado sistema de competências legislativas concorrentes, textualmente consignando que “a competência da União limitar-se-á a editar normas de caráter geral” (Art. 24, I).

Não obstante as dificuldades inatas à operacionalização de tal sistema de distribuição de competências legislativas,⁷ não se afigura despropositado afirmar que o texto constitucional, ao restringir expressamente o papel da legislação federal a normas de caráter geral, procurou conferir e resguardar importante papel à produção normativa em matéria ambiental dos demais entes federativos (estados, Distrito Federal e municípios).

É dizer “as normas gerais são aquelas diretrizes essenciais que deverão ser suplementadas ou especificadas pela legislação estadual ou distrital, e, caso desçam a detalhes, elas deverão ser consideradas inconstitucionais por invadirem a competência dos estados e do Distrito Federal” (Ferreira, 1990, p. 96).

Todavia, o que atualmente se verifica é uma excessiva concentração da União na produção da legislação ambiental, que não raramente disciplina a matéria de forma exaustiva, de modo a restringir indevidamente o âmbito de atuação dos estados quanto à matéria, o que constitui um dos elementos decisivos da ineficácia na implementação de regras de proteção ambiental.

Assim sendo, a legislação de proteção dos recursos naturais também deve ter como premissa para a sua produção, revisão e atualização *a priorização do papel dos estados na edição de normas que possam atender às peculiaridades regionais nos mais diversos aspectos (ambientais, sociais, históricos etc.)*, restringindo-



se a União a definir diretrizes e linhas mestras que possam ser uniformemente aplicáveis a todo o território nacional.

Redistribuição dos ônus ambientais: a sociedade como destinatária final

A necessária revisão e atualização da legislação ambiental também deve preconizar a redistribuição dos ônus decorrentes da implantação de medidas de preservação dos recursos naturais, sendo imperioso reconhecer que “contaminar tem, pois, um custo social e evitar a contaminação também o tem” (Aragão, 1997, pág. 95).

Em primeiro lugar, a legislação de preservação dos recursos naturais deve romper com a estratégia puramente repressiva que atualmente a caracteriza, que transforma notadamente o produtor rural em destinatário quase que exclusivo de diversas obrigações de cunho ambiental.

Dito de outra forma, a eficácia das normas proteção ambiental também pressupõe a inserção, de modo sério e efetivo, de instrumentos econômicos capazes de estimular a preservação de recursos ambientais, notadamente por meio da viabilização do “pagamento de serviços ambientais” a produtores rurais cujas propriedades não puderem ser, ainda que parcialmente, utilizadas em condições de igualdade diante da imposição de restrições decorrentes de normas jurídicas de preservação ambiental.

Isso porque, “nestas hipóteses, o interesse particular cede ao interesse social, sendo verdadeiramente atingida a substância de seu direito. [...] Em nome do princípio da ‘igualdade dos ônus dos administrados em face do Estado’, cabe indenização. A entender-se de outro modo, alguns seriam forçados a suportar desproporcionalmente ônus estabelecidos em nome do interesse de todos, no que estaria ferido o princípio constitucional da isonomia” (Bandeira de Mello, 2001, págs. 702-704).

É dizer “a produção, revisão e atualização da legislação ambiental também deve ter como premissa que a adoção das medidas de proteção dos recursos naturais constitui um ônus que deve ser distribuído e suportado por toda a sociedade, sendo devido o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelo produtor rural em decorrência de restrições à utilização de sua propriedade impostas pela incidência de normas legais atinentes à matéria.

atuando em 13 setores da economia, a saber: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.

3. Embora não haja consenso entre os dados que indicam o impacto da legislação ambiental em áreas já empregadas para atividades agropecuárias, há informações no sentido de que, por exemplo, 80% da produção de uvas no Rio Grande do Sul, 48% da produção de café de Minas Gerais, além de significativa parcela da produção de maçãs em Santa Catarina são cultivadas em áreas de encostas, sendo que a imposição literal da atual legislação ambiental conduziria à ilegalidade de extensas áreas (FPA, 2009).

4. A criminalização de condutas relacionadas ao meio ambiente está disciplinada, basicamente, na Lei Federal 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais).

5. Trata-se de institutos jurídicos atualmente disciplinados, basicamente, pela Lei Federal 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro) e em Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), com critérios previamente estabelecidos de modo exaustivo para todo o território nacional. Na dicção legal, “Área de Preservação Permanente” (APP) é aquela “coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Art. 1º, II), entre as quais se inserem, por exemplo, faixas ciliares ao longo de cursos d’água, ao redor de nascentes, lagos e lagoas, em topo de morros e em encostas (Art. 2º). Já a denominada Reserva Legal (RL) é considerada a “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas” (Art. 1º, III), incidindo sobre percentuais que variam de 20% a 85% de cada imóvel rural, dependendo do bioma onde estiver localizada.

6. Tais premissas devem decorrer, precipuamente, da adequada e sistemática compreensão do texto da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), levando em consideração os diversos valores plasmados em seu texto. Nesse sentido, aliás, assume relevância, como postulado de hermenêutica constitucional, o denominado princípio da concordância prática, que “impõe a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito ou em concorrência de forma a evitar o sacrifício (total) de uns em relação aos outros” (Canotilho, 1992, pág. 234).

7. Segundo Luis Roberto Barroso (1993), “a tutela dos interesses ambientais enfatize certas peculiaridades do federalismo brasileiro, por envolver o exercício de competências político-administrativas comuns e competências legislativas concorrentes entre União, estados e municípios. Os balizamentos constitucionais da esfera de atuação de cada entidade nem sempre são objetivamente aferíveis, e caberá ao Judiciário dirimir os conflitos, que se afiguram inevitáveis”.

INSERÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL

Evandro Scheid Ninaut¹
Marcos Antonio Matos²
Gustavo Rodrigues Prado³
Patricia Medeiros Moreira⁴

As cooperativas são representadas no Brasil pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade que tem como missão “representar e fortalecer o cooperativismo brasileiro, promovendo sua identidade e reconhecendo sua diversidade”, e visão “ser referencial do cooperativismo brasileiro, de sua identidade,

* Advogado especialista em Direito Ambiental

1. O sistema cooperativista é baseado em sete princípios, os quais consubstanciam “[...] linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os valores à prática. Foram aprovados e utilizados na época em que foi fundada a primeira cooperativa no mundo, na Inglaterra, em 1844”, sendo eles: i) adesão voluntária e livre, ii) gestão democrática, iii) participação econômica dos membros, iv) autonomia e independência, v) educação, formação e informação, vi) intercooperação, e vii) interesse pela comunidade. O conteúdo deste último princípio cooperativista assevera que “as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros” (OCB, 2009).

2. Certamente o ramo agropecuário é aquele que mais diretamente sofre os impactos da legislação ambiental no desenvolvimento de suas atividades. Todavia, em alguma medida, tais reflexos também podem ser percebidos nos demais ramos de atuação cooperativista. Atualmente, existem no Brasil cooperativas

estimulando a intercooperação e ampliando sua participação socioeconômica". Para tanto, a entidade está envolvida na promoção, no fomento e na defesa do movimento cooperativo, em todas as instâncias políticas e institucionais, além de prospectar oportunidades de negócio para o setor, visando a preservar sua diversidade e fomentar sua participação socioeconômica.

O Sistema Cooperativista Brasileiro está presente em 26 estados da Federação e no Distrito Federal, totalizando 7.682 cooperativas, 7,89 milhões de associados e 255,56 mil empregos diretos gerados em 2008. Representou, no mesmo ano, 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, obtendo um faturamento de R\$ 84,93 bilhões e exportações diretas de US\$ 4,01 bilhões.

A capacidade das cooperativas de absorver inovações tecnológicas resultou em significativas transformações no processo produtivo e na ampliação da intercooperação. Tal tendência é demonstrada pelo ganho de escala na estratégia de investimentos industriais e de *marketing*, proporcionado pela agregação de valor aos produtos.

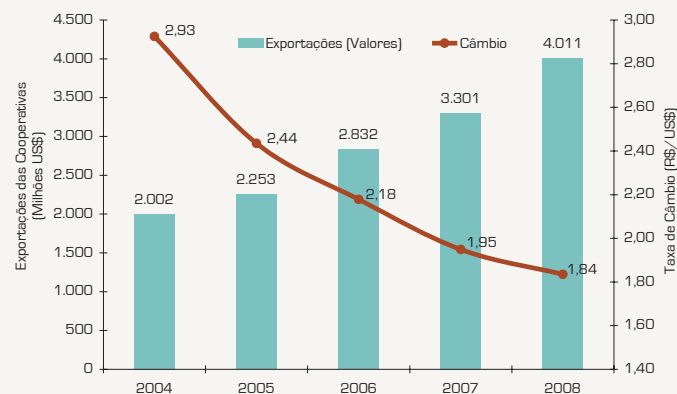
Considerando-se a influência econômica e social do cooperativismo e os desafios advindos com a crise financeira internacional, o presente artigo tem o objetivo de analisar o desempenho das exportações diretas das cooperativas brasileiras, apresentando as suas vantagens competitivas diante das incertezas globais.

Exportações do Cooperativismo

Dados de 2008 (jan- dez)

As exportações diretas das cooperativas, no acumulado de janeiro a dezembro de 2008, somaram US\$ 4,01 bilhões, conforme mencionado acima, enquanto em 2007, foram US\$ 3,30 bilhões. A variação entre esses anos demonstra um crescimento de 21,5% no total exportado.

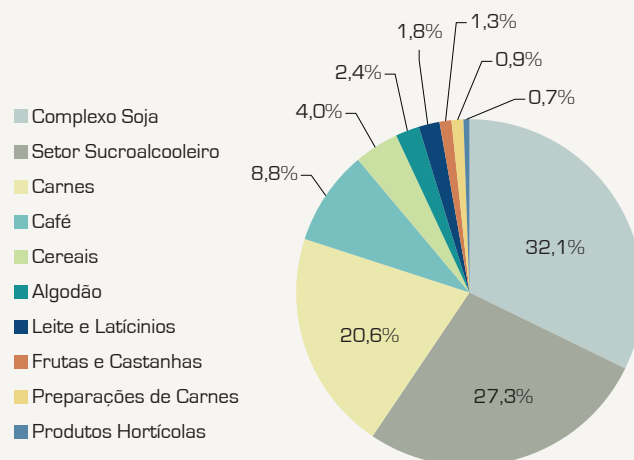
Exportações diretas das cooperativas brasileiras



Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

Em relação às vendas externas, as cooperativas ligadas ao agronegócio possuem liderança absoluta na pauta de exporta-

Participação dos produtos exportados pelas cooperativas brasileiras, 2008



Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

ção do cooperativismo, com destaque para os produtos do complexo soja, do setor sucrialcooleiro e das carnes.

O complexo soja, que engloba o grão, o óleo e o farelo, apresentou maior participação nas vendas diretas das cooperativas brasileiras, representando 32,13% das exportações totais. Na segunda colocação, figura o setor sucrialcooleiro (27,32%), que corresponde aos açúcares e ao álcool etílico e, na terceira posição, as carnes (20,61%). O café, trigo, algodão, leite e derivados, e milho figuram na sequência, com representações de 8,82%, 3,11%, 2,42%, 1,75% e 1,29%, respectivamente. Dessa forma, os produtos citados são considerados os principais da pauta.

Em relação aos principais mercados de destino, a Alemanha e os Países Baixos se destacaram nas importações dos produtos comercializados pelas cooperativas. Em 2008, a Alemanha representou 11,27% das exportações, com um total de US\$ 452 milhões. Os Países Baixos mostraram uma participação de 10,36% e importações de US\$ 415,43 milhões.

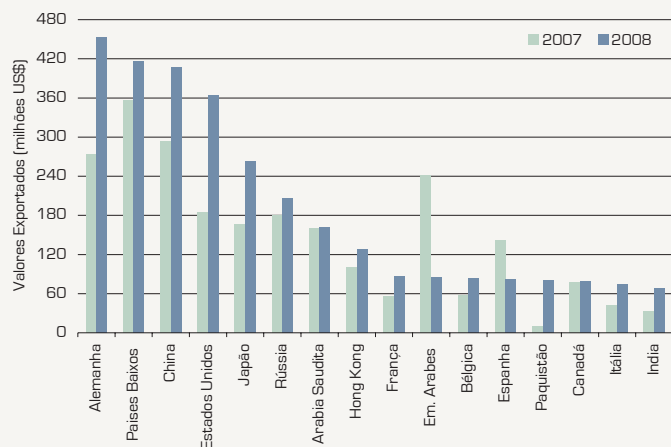
Na sequência do *ranking* está a China, com uma parcela de 10,12% e US\$ 405,94 milhões de importações no acumulado de janeiro a dezembro de 2008. No mesmo período do ano anterior, a participação foi de apenas 8,87% e US\$ 292,85 milhões.

Os Estados Unidos foram responsáveis por US\$ 363,85 milhões nas importações, o que representa 9,07% do total exportado pelas cooperativas em 2008. No mesmo período do ano anterior, a participação foi de 5,58%. O Japão, a Rússia e a Arábia Saudita aparecem na sequência, com participações de 6,53%, 5,11% e 4,02%, respectivamente.

Um ponto que merece destaque no acumulado de janeiro a dezembro de 2008 é a participação crescente de países emergentes nas compras de produtos das cooperativas, o que reflete os esforços de inteligência comercial da OCB e da política externa brasileira nos últimos anos. Como exemplo, pode-se

destacar a presença do Paquistão, com um total de US\$ 80 milhões, o que representa uma parcela de 2% das vendas diretas das cooperativas.

Principais mercados importadores das cooperativas brasileiras

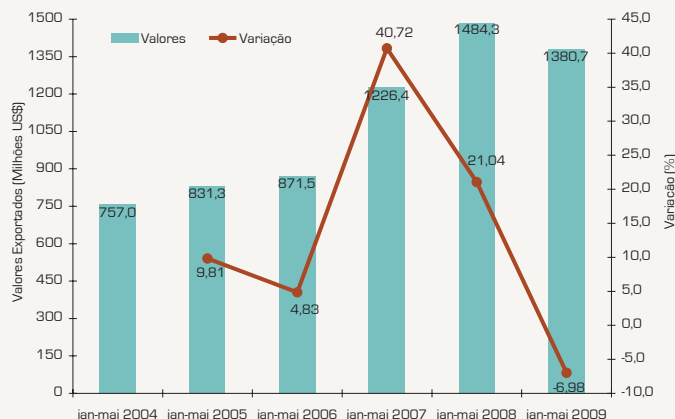


Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

Dados de 2009 (jan- maio)

As exportações diretas das cooperativas, nos primeiros cinco meses de 2009, somaram US\$ 1,38 bilhão, enquanto no mesmo período de 2008 foram US\$ 1,48 bilhão, decréscimo de 6,98% nos valores totais exportados. Destaca-se que os valores obtidos estão abaixo dos patamares alcançados em 2008. Contudo, o faturamento com as exportações está acima dos níveis observados nos anos anteriores.

Exportações das cooperativas brasileiras no período de janeiro a maio de 2004 a 2009

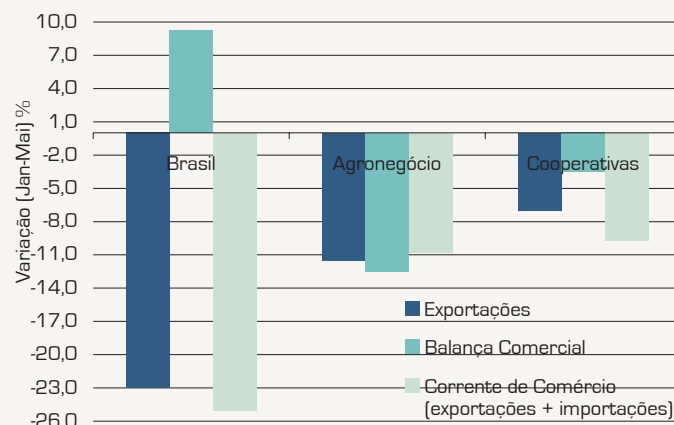


Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

A despeito da retração observada nas vendas externas das cooperativas, o setor apresenta desempenho superior quando se

compara com as exportações da economia brasileira e do agronegócio, que retraíram 22,99% e 11,50%, respectivamente.

Desempenho das exportações, balança e corrente de comércio da (janeiro a maio)



Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

Considerações

Como considerações finais, o desempenho das cooperativas brasileiras mostra um cenário com fundamentos sólidos, a despeito dos impactos da crise financeira mundial. De acordo com os resultados apresentados, as cooperativas apresentaram evoluções significativas nas relações comerciais no âmbito internacional. Dessa forma, o cooperativismo se consolida como grande força da economia brasileira, por meio do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda para os associados.

Os reais impactos da crise financeira na economia real, bem como as barreiras tarifárias e não tarifárias e a disponibilidade de crédito nos processos produtivos e financiamento das exportações, configuram-se como preocupações primordiais. Assim, os esforços da OCB se justificam na defesa dos interesses das cooperativas, destacando-se as políticas voltadas para apoio da produção e da comercialização, do crédito de custeio e de investimento.

Também fazem parte das metas da OCB o fortalecimento das estruturas administrativas das cooperativas e um amplo programa de capacitação dos seus associados, trabalho já desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas, gerente de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
2. Engenheiro agrônomo, M.Sc., assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
3. Administrador rural, especialista em Marketing, assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
4. Administradora de Comércio Exterior, especialista em Comércio Exterior, assessora econômica de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Evandro Scheid Ninaut¹
Marcos Antônio Matos²
Gustavo Rodrigues Prado³

Em seu papel de representação, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) atua em prol dos interesses e necessidades do cooperativismo do País, com ações que visam à promoção, ao fomento e à defesa do movimento em todas as instâncias políticas e institucionais. A OCB é uma das entidades fundadoras do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável, instituição sem fins lucrativos que busca contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, com ênfase na atividade agropecuária e agroindustrial brasileira, por meio da geração e difusão de conhecimento e da estruturação de canais permanentes de diálogo com as partes interessadas.

Nesse sentido, a OCB estabeleceu parcerias com importantes entidades do agronegócio, com o objetivo de ampliar as ações voltadas para a produção sustentável de alimentos no Brasil. Em destaque, os projetos realizados em com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), a partir de iniciativas para a destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas, e com a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), por meio da participação das cooperativas no Prêmio Mérito Fitossanitário.

Embalagens vazias

A participação da OCB como sócia fundadora do inpEV resultou na campanha nacional de destinação adequada de embalagens vazias de agrotóxicos. As cooperativas estão inseridas na comercialização e no consumo desses produtos, e, por isso, são necessárias ações para a conscientização e atitude sobre o adequado manuseio e a correta destinação das embalagens, o que inclui a tripla lavagem. É fato de fundamental importância a educação, a orientação e o esclarecimento da sociedade para a produção sustentável de alimento e a proteção dos recursos naturais.

As parcerias estabelecidas e os convênios firmados permitiram a implantação de diversas centrais de recebimento de embalagens no Brasil, que reduzem a quantidade abandonada nas lavouras, estradas e margens de mananciais d'água. Esse trabalho garantiu agilidade, eficiência e segurança ao processamento de embalagens vazias de defensivos agrícolas, desde sua retirada até a correta destinação final, reciclagem ou incineração. Além de contribuir para preservar o meio ambiente por meio de programas de educação e conscientização, e de uma ampla e complexa operação de infraestrutura, logística e de tecnologia, o inpEV desempenha hoje um importante papel social.

Dados de 2008 evidenciam os resultados dessas ações, quando o instituto somou o total de 76 empresas no quadro

de associados, fabricantes e registrantes de defensivos agrícolas no Brasil. No mesmo período, 95% das embalagens primárias dessas organizações foram devolvidas nas 399 unidades de recebimento, instaladas nas principais regiões agrícolas do País, gerenciadas por cerca de 2,9 mil distribuidores e cooperativas. No período de 2002 a 2006, 98 mil toneladas de equivalente carbono deixaram de ser emitidos com a atuação desse programa, o que corresponde ao plantio de 491 mil árvores.

Ainda em 2008, o Dia Nacional do Campo Limpo reuniu mais de 117 mil pessoas em 99 municípios de 23 estados brasileiros, e passou a representar uma das principais iniciativas promovidas pelo sistema de destinação final em prol da educação e conscientização ambiental.

Mérito fitossanitário

O Prêmio Mérito Fitossanitário é o reconhecimento àqueles que se destacam nas iniciativas de educação e treinamento do produtor rural por meio de ações de responsabilidade social e ambiental para a promoção do “desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, de acordo com o Capítulo 14 da Agenda 21. São projetos desenvolvidos por indústrias de defensivos agrícolas, canais de distribuição, centrais de recebimento de embalagens vazias e seus profissionais.

A premiação é uma realização da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), com o apoio da OCB, do inpEV e da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav). A parceria institucional permitiu dar mais visibilidade também às experiências bem-sucedidas das cooperativas, ampliando a percepção da sociedade sobre essas organizações, que são exemplos de autogestão, além de alternativa de desenvolvimento socioeconômico, justiça social e democracia. Como exemplos, citam-se iniciativas do setor voltadas à educação e ao treinamento sobre o uso correto e seguro de produtos fitossanitários.

O movimento cooperativista também se destaca na realização de ações de responsabilidade social e ambiental, que contribuem decisivamente para a adoção das boas práticas agrícolas, visando à produção econômica de alimentos saudáveis, assim como a melhoria de indicadores sociais e ambientais. Em 2008, por exemplo, as cooperativas participantes, filiadas ao Sistema OCB, juntamente com empresas e revendas de defensivos agrícolas, desenvolveram 8.760 atividades, entre elas, palestras, dias de campo, treinamento, participação em eventos, mensagens na mídia e cursos *online*, atingindo um público estimado de 8,7 milhões de pessoas.

Essas ações estavam focadas em critérios como sustentabilidade, intercooperação, voluntariado, criação e inovação, e cidadania, além da busca por novas parcerias. Quando se fala em sustentabilidade, a referência são as atividades para a conservação do meio ambiente e o uso seguro e correto de produtos fitossanitários. Na mesma linha, há também uma avaliação quanto à importância da continuidade dos trabalhos.

A vantagem intrínseca do sistema cooperativista, de estimular esforços individuais, canalizando-os para ações coletivas, vem somar-se a esses fatores. Nesse sentido, está o processo de intercooperação, que diz respeito à integração de cooperativas ao longo das cadeias agroindustriais, da obtenção de recursos financeiros, passando pelo processo de produção, até o transporte e a comercialização dos produtos.

Nesse processo, abre-se espaço a novas saídas e soluções para problemas decorrentes do uso incorreto dos produtos fitossanitários e para melhoria nos indicadores sociais e ambientais. Contribuindo para a promoção de um desenvolvimento sustentável, fomenta-se também a inclusão social e a prática do voluntariado nas comunidades onde as cooperativas se fazem presentes. À continuidade de projetos com esse perfil, que são exemplos para a sociedade, e ao fomento à maior abrangência e resultados das ações, soma-se também o espaço para novos parceiros, como órgãos de extensão rural, universidades, escolas técnicas, canais de distribuição e prefeituras.

A Premiação

Os resultados aparecem também na premiação. Na categoria Canal de Distribuição, foram contempladas as cooperativas Camda (SP), Cooxupé (MG) e Coplana (SP). Na mesma categoria, foram entregues troféus para os profissionais que se destacaram em 2008, nas ações voltadas para a questão fitossanitária e de responsabilidade socioambiental.

Em Projetos, os dois trabalhos desenvolvidos pela Cocamar Cooperativa Agroindustrial (Tecnologia de Aplicação e Cultivar), juntamente com parceiros, foram contempladas nas categorias Uso Seguro e Correto de Produtos Fitossanitários e Responsabilidade Socioambiental.

Aplicação – Um dos trabalhos refere-se à tecnologia de aplicação de defensivos. Estudo realizado pela cooperativa Cocamar e os especialistas Marco Antonio Gandolfo (da Uenp e Falm) e Fernando Adegas (Embrapa Soja) apontou que problemas de fácil solução estão ocasionando perdas e reduzindo a eficácia na aplicação de defensivos agrícolas. Dos US\$ 6 milhões movimentados anualmente pelo setor, no País, 10% são desperdiçados por erro de calibragem, o estado dos bicos e a falta de uniformidade da distribuição na pulverização dos produtos.

Numa avaliação minuciosa, praticamente todos os equipamentos são reprovados, fator sentido na própria região da cooperativa, em 2008, quando todos os 90 pulverizadores checados foram reprovados. Desses, 83% apresentaram problemas no manômetro e 65% tinham bicos ruins.

Cultivar – O outro projeto, Cultivar, foi implementado há anos pela Cocamar em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), Apae e Penitenciária Estadual de Maringá. Seu objetivo é a produção de mudas de espécies nativas para a recomposição de matas ciliares. A iniciativa envolve alunos da

Apae, contratados como funcionários da cooperativa, e internos da penitenciária, cujo trabalho prevê redução de pena.

Consolidação

O objetivo é ampliar a participação das cooperativas nas próximas edições do Prêmio Mérito Fitossanitário, com base no modelo adotado pela Andav nas revendas. Com essa intenção, a OCB conta com o apoio da Andef e coordenará o processo de avaliação dos projetos no segmento cooperativista, diante do reconhecimento e da importância da premiação na visibilidade das ações do setor no âmbito nacional.

A instituição coordenará a formação de uma comissão técnica na sede do sistema, englobando representantes de entidades ligadas ao cooperativismo e ao agronegócio, universidades, centros de pesquisa e ministérios. Para isso, trabalha na elaboração de um regulamento específico para as cooperativas, definindo-se indicadores quantitativos e qualitativos de avaliação, a estratégia de divulgação e as datas para o encaminhamento dos trabalhos.

Em todo o País, observa-se que iniciativas desenvolvidas por cooperativas têm melhorado a vida de milhares de famílias, com a multiplicação de ações sociais de educação, extensão rural e conscientização socioambiental.

Responsabilidade

O Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável (www.institutoares.org.br) é uma organização brasileira inédita no segmento do agronegócio no mundo. É uma iniciativa de organização e coordenação pró-ativa do agronegócio brasileiro com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do setor de forma responsável pelas vias do conhecimento, do diálogo e da comunicação e de levar ao conhecimento amplo da sociedade, seja no Brasil ou no exterior, informação consistente, isenta, legítima e de qualidade sobre a realidade dos processos produtivos do setor no País.

Foi um grupo de 19 associações do agronegócio brasileiro que concebeu e criou, em 2007, o instituto sem fins lucrativos que pudesse ao mesmo tempo ser um centro de geração de conteúdo em sustentabilidade, de comunicação e de diálogo com a sociedade civil para o agronegócio responsável. Enfim, um centro de referência que permitisse ao agronegócio brasileiro lidar de forma eficiente com o panorama mundial, coordenando o entendimento do setor sobre temas-chave, catalisando sua força e exercendo seu devido papel na economia, na sociedade e no mundo. Hoje, são 23 as entidades que compõem o Ares e que representam as mais diversas cadeias produtivas ligadas direta ou indiretamente ao agronegócio.

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas, gerente de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
2. Engenheiro agrônomo, M.Sc., assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
3. Administrador rural, especialista em Marketing, assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Cooperativismo: desenvolvimento com justiça social.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está presente em todas as unidades da Federação e tem a missão de representar e fortalecer o cooperativismo, estimulando a intercooperação e ampliando sua participação socioeconômica.

Ao todo são cerca de 7,8 mil cooperativas vinculadas ao Sistema OCB, sendo 1.611 somente no Ramo Agropecuário.

Estas reúnem cerca de 1 milhão associados e geram em torno de 140 mil empregos diretos.

As cooperativas agropecuárias têm 38,4% de participação no PIB do setor e respondem por cerca de US\$ 4 bilhões em exportações diretas.

São organizações de pessoas que geram trabalho, renda e desenvolvimento com justiça social.

40.000.000

É o total estimado de brasileiros envolvidos no cooperativismo, prática que gera trabalho, renda, mais qualidade de vida e, acima de tudo, desenvolvimento com justiça social.

7.887.707

É o total de associados a cooperativas do Sistema Cooperativista Brasileiro.

254.556

É o total aproximado de empregos diretos gerados pelas cooperativas até 2008.

7.682

É o número de cooperativas atuantes em 13 ramos de atividades econômicas.

126

R\$126 bilhões é o volume de recursos das cooperativas no total do PIB brasileiro.

38,4

38,4% é a participação das cooperativas no total do Produto Interno Bruto agropecuário.

6

6% é a participação das cooperativas no total das riquezas geradas no Brasil.

4

US\$ 4 bilhões é a média anual das exportações diretas das cooperativas brasileiras.



Safr 2009/10: Plano Agrícola e Pecuário I

Disponibilidade e acesso a crédito

A EDIÇÃO do plano agrícola e pecuário (PAP) para 2009/2010 tem como foco central o incentivo ao médio produtor rural, ao cooperativismo e à produção agropecuária com respeito ao meio ambiente.

Aguardado com expectativa, o PAP trouxe medidas já anunciadas pelo governo, como a linha de crédito para a agroindústria, a linha de crédito para estocagem de álcool, além de medidas de apoio à cafeicultura.

Sem grandes inovações e limitado a ajustes dos programas em execução, o PAP tem evoluído nos últimos anos, com ênfase no acompanhamento e nas adequações, durante todo o ano safr.

Assim, ao divulgar o PAP 2009/10, o Executivo acrescentou itens como o estabelecimento do volume de recursos, as taxas de juros usadas no período, os limites de crédito e a correção dos preços mínimos.

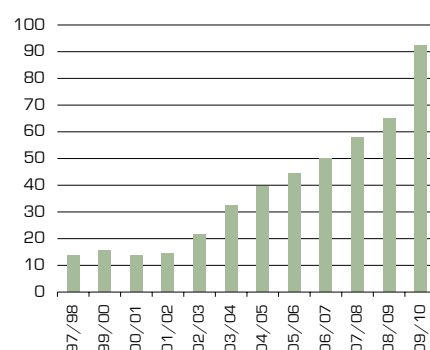
Para estimular o crescimento da produção, os recursos dotados para o setor agropecuário, na próxima safr 2009/10, tiveram aumentos expressivos.

No total, estarão disponíveis R\$ 107,5 bilhões para a temporada que vai de julho de 2009 a junho de 2010, volume 37% superior ao do ano passado. sendo:

- R\$ 92,5 bilhões para a agricultura comercial, (R\$ 12,3 bilhões para capital de giro de agroindústrias), ante R\$ 65 bilhões em 2008/09 (alta de 42,3%);
- R\$ 15 bilhões para agricultura familiar, em comparação a R\$ 12,7 bilhões na safr 2008/08 (elevação de 15,3%).

Na verdade, os recursos disponibilizados em Linhas de Crédito Especial, de R\$ 12,3 bilhões, já haviam sido anunciados em março deste ano, nas operações SOS Agroindústria, por meio das Resoluções

Brasil: recursos para a agricultura comercial (R\$ bilhões)



Fonte: Pronaf

CMN 3708 e 3714, sendo R\$ 10 bilhões para capital de giro e o restante para a estocagem de álcool. Dessa maneira, subtraído esse valor, os recursos anunciados somam R\$ 80,2 bilhões.

Apesar de ter ficado abaixo da proposta apresentada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os recursos previstos, para a safr

2009/10, devem satisfazer o necessário. Primeiramente, porque não está prevista a expansão da área plantada. Em segundo lugar, por causa da redução dos custos de produção, causado principalmente pela queda nos preços dos fertilizantes.

O aperto no crédito global, em particular no segundo semestre de 2008, levou *tradings* e fabricantes de insumos a reduzirem os financiamentos ao setor. Com isso, a comercialização da soja ficou muito afetada: enquanto em anos anteriores 45% da produção eram vendidos antecipadamente, em 2008 a taxa foi de apenas 18%.

Por outro lado, diante das questões de inadimplência, muitos produtores tiveram seus acessos impedidos às linhas oficiais de crédito. Preocupado com o risco de a produção ficar estagnada, o desafio do governo está em equacionar as dificuldades do produtor na obtenção do crédito. Os recursos para custeio e comercialização a juros controlados (taxas fixas) subiram 20,2%, alcançando o valor recorde de R\$ 54,2 bilhões.

Já os preços mínimos fixados para 33 culturas foram reajustados em até 65%. O aumento dos valores, que está entre as principais medidas de apoio direto à comercialização da nova safr, inclui as culturas mais expressivas do País, como arroz (20%), leite (15%), raiz de mandioca (12%), soja (10%) e milho (6%). O objetivo é manter um patamar que atenda tanto às necessidades do produtor quanto às do mercado nacional.

Demanda do campo

Produto	Área projetada (mil hectares)	Orçamento (R\$ bilhões)
1. Cana-de-açúcar	7.200	27.653.760
2. Café	2.132	14.221.040
3. Grãos	48.058	82.227.888
Algodão	800	4.077.733
Arroz	3.000	7.169.201
Feijão	4.300	8.221.874
Milho	14.424	26.547.171
Soja	22.000	31.071.153
Trigo	1.424	3.478.694
Demais grãos	2.110	20.512.961
4. Bovinocultura de corte	-	34.435.060
5. Bovinocultura de leite	-	12.600.000
Total	-	158.550.348

Fonte: CNA

Agricultura comercial: disponibilidade de crédito rural (R\$ bilhões)

Itens	2008/09	2009/10	Var %
Custeio e comercialização	54,8	66,2	20,8
Juros controlados	45,1	54,2	20,2
Juros livres	9,7	12,0	23,7
Investimento	10,2	14,0	37,2
Linhas especiais	-	12,3	-
Total	65,0	92,5	42,3

Fonte: Plano Agrícola e Pecuário (PAP)

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)

O orçamento para o pagamento do Prêmio do Seguro Rural, em 2009, é de R\$ 182 milhões. A subvenção econômica consiste na assunção pelo MAPA de percentual ou parte do prêmio de seguro rural contratado nas sociedades seguradoras habilitadas a operar no PSR. Para atender à demanda apresentada pelas seguradoras, o governo federal está propondo ao Congresso Nacional a elevação desse valor para R\$ 273 milhões. Os recursos possibilitarão o atendimento a 90 mil produtores e a cobertura de 8,1 milhões de hectares - quase o dobro do verificado em 2008.

Percentagens de subvenção ao prêmio para o exercício de 2009

Modalidade de seguro	Percentual de subvenção
Agrícola	40-70
Pecuário	30
Florestal	30
Aquícola	30

Fonte: MAPA

Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Para ter acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e ao Proagro Mais, o produtor precisa observar as recomendações do zoneamento agrícola de risco climático, que buscam minimizar os riscos de perdas nas lavouras ocasionadas por problemas climáticos.

Para a safra 2009/10, o MAPA aumentará de 25 para 39 o número de culturas contempladas pelo zoneamento agrícola de risco climático. Além de culturas re-

gionais, o governo dá prioridade a novas culturas com potencial para a produção de biocombustíveis, conforme os objetivos do Plano Nacional de Bioenergia.

Risco e fundo garantidor

Um dos principais critérios usados pelos bancos para contratação de empréstimos está previsto na Resolução nº 2682 do Banco Central, que considera nove níveis: AA (mínimo) a H (máximo). Os níveis considerados baixos, que não impedem o mutuário de tomar empréstimos são AA, A, B e C, sendo o restante considerado de alto risco. Pelos dados do Banco do Brasil, o percentual de produtores cujos contra-

tos têm risco elevado passou de 3%, em 2003, para 14,5%, em 2008.

Na verdade, o produtor ainda carece de mecanismos para que não dependa de decisões do governo federal, no que diz respeito à renegociação de dívidas, que ocorre todos os anos. É o caso, por exemplo, da Lei nº 11.775/2008, que instituiu medidas de estímulos à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações e crédito rural e de crédito fundiário.

Está em negociação a criação de um fundo garantidor para possibilitar o aumento do limite de financiamento e a contratação de crédito para produtores com risco elevado. Seriam necessários entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões para garantir os diversos tipos de operações. Um caminho seria começar com as operações para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Como teriam a garantia do pagamento dos empréstimos, os bancos ficariam mais flexíveis na liberação dos recursos. Além disso, o novo mecanismo poderia conter o endividamento do setor. ■

Reclassificação de risco

Para assegurar o financiamento da safra 2009/10, as lideranças rurais solicitam uma revisão da Resolução nº 3.499/2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que trata da reclassificação de risco das operações de crédito rural.

Um produtor com mais de uma operação no mesmo banco pode ter todos os seus contratos reclassificados para níveis de alto risco ao renegociar ou prorrogar uma das operações. Pelas normas vigentes, quanto mais alto este risco, maior a dificuldade para novos empréstimos.

Neste sentido, a recente decisão do CMN, de 30 de junho último, frustrou os representantes do setor rural, que aguardavam uma resolução definitiva sobre os critérios de classificação de risco em operações de crédito rural renegociadas. O texto da norma aprovada apenas "faculta" às instituições financeiras a reclassificação do risco de crédito, para um nível menor, de contratos rurais renegociados ou prorrogados.

Segundo o CMN, a nova norma "reforça" o entendimento do Banco Central sobre a Resolução nº 3.499/2007, que concedia "tratamento específico" a esse tipo de reclassificação automática. A medida seria estendida às operações com risco bancário e recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para o Banco do Brasil, as medidas aprovadas pelo CMN representarão a liberação de R\$ 332 milhões de provisões anteriormente constituídas, que serão destinadas, integralmente, para reforço das provisões adicionais no segundo trimestre de 2009.

A reclassificação é aplicável às operações rurais prorrogadas a partir da safra agrícola 2004/05, cujos titulares permanecem na atividade. A medida envolve R\$ 11,2 bilhões e abrange de 93 mil produtores.

Safrá 2009/10: Plano Agrícola e Pecuário II

Foco: médio produtor e meio ambiente

O GOVERNO tentou no novo PAP focar no agricultor médio e na questão ambiental, que ameaça prejudicar os mercados para alguns produtos agropecuários brasileiros.

Enquanto os limites de custeio e Empréstimo de Governo Federal (EGF) foram reajustados em até 50%, conforme a cultura a ser beneficiada, os investimentos foram reajustados em 53,8%.

Para estimular o seu uso mais intensivo na correção do solo, o financiamento do calcário agrícola passa a ser contemplado também no orçamento de custeio a partir da safra 2008/10.

Na safra passada, os agricultores brasileiros reduziram seus investimentos no campo e obtiveram uma colheita menor do que o potencial. Como houve menor dispêndio com insumos, como os fertilizantes, a produtividade das lavouras ficou mais baixa. Somada a isso veio a estiagem, que provocou perdas na safra atual, e pode prejudicar a produção futura. Sem obter lucro, o produtor, que precisa pagar o que investiu, pode encontrar dificuldade para dar início ao plantio.

Diante dessa situação, medidas no PAP estabelecem a elevação em 37% dos recursos para investimento, de R\$ 10 bilhões para R\$ 14 bilhões, sendo:

- R\$ 10 bilhões nos programas do BNDES;
- R\$ 3,5 bilhões nos Fundos Constitucionais;
- R\$ 500 milhões no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural).

Apesar do acréscimo nos recursos para investimento, somente 20% estarão dis-

poníveis a taxas de juros controladas. Outros 42% do total do PAP são a juros de mercado. As propostas da CNA e da OCB para aumentar o prazo de amortização desses programas não foram atendidas.

Uma das medidas defendidas para assegurar o financiamento para esta safra é a revisão da Resolução nº 3.499, do Conselho Monetário Nacional (CMN) que trata da reclassificação de risco das operações de crédito rural.

No caso do Proger Rural, além de um aumento significativo na disponibilidade de recursos, entre os avanços introduzidos estão a sua extensão ao médio produtor rural, com aumento do limite de renda bruta anual, de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil, a eliminação da exigência de até 15 módulos rurais para contratação e a introdução do crédito rotativo. Outra novidade importante é o direcionamento direto o programa de no mínimo 6%

Investimento: programa de recursos

Programa	Valor (R\$ milhões)		Limite de crédito (R\$ mil)	Prazo máximo (anos)
	2008/09	2009/10		
Moderinfra	500	500	1.000	8
Moderagro	850	850	250	8
Propflora	150	150	200	12
Produsa	1.000	1.500	300 ou 400	12
Prodecoop	1.000	2.000	50.000	12
Moderfrota	2.500	2.000	-	8
Moderfrota/Proger	500	1.000	50.000	8
Procap-Agro	-	2.000	-	6
Total BNDES	6.500	10.000	-	-
Fundos Constitucionais	3.500	3.500	200	-
Proger Rural	200	500	-	8
Total Geral	10.200	14.000	-	-

Fonte: MAPA

Proger Rural: programação de recursos (R\$ bilhões)

Itens	2008/09	2009/10	Var %
Custeio e comercialização	2,2	3,5	59
Investimento	0,7	1,5	114
Moderfrota	0,5	1,0	100
Demais investimentos	0,2	0,5	150
Total	2,9	5,0	72

Fonte: MAPA

Safrá 2009/10: Plano Agrícola e Pecuário III

Programa Mais Alimentos

do depósito à vista que devem ser aplicados no setor rural.

Foi ainda criado o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), com dotação de R\$ 2 bilhões e limite de R\$ 50 mil, que concede financiamento a integralização de cotas partes, assim como dinheiro para capital de giro, em condições diferenciadas, exclusivamente para cooperativas agropecuárias.

O PAP amplia a Linha Especial de Crédito (LEC) para apoiar a comercialização de produtos derivados da maçã, pêssago, manga, goiaba, maracujá e abacaxi, frutas de grande expressão econômica e que são mais demandadas pelas indústrias de sulco e polpas. Esta medida visa a incentivar a agroindustrialização no setor frutícola, agregando valor e regularizando a oferta, com a consequente melhoria de renda do produtor. A taxa de juros é de 6,75% ao ano. ■

A PROPOSTA para incrementar a produção agrícola, lançada em julho do ano passado, com o nome de Programa Mais Alimentos, visava a fortalecer a agricultura familiar e tentar frear o aumento elevado dos preços dos alimentos.

Implantado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa pretende em três anos, até 2010:

- Alcançar a meta de 18 milhões de toneladas em excedente de produção, principalmente em leite, milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, aves, café, frutas, arroz e cebola;
- Atender a um milhão de produtores em 4 milhões de unidades produtoras;
- Ampliar a capacidade de armazenamento das propriedades e cooperativas e incentivar a mecanização em massa nas propriedades familiares.
- Colocar mais 60 mil tratores e 300 mil máquinas e implementos agrícolas a serviço dos produtores;

- Prestar assistência técnica com aumento dos investimentos em sementes, melhoramento de pastagens e genética animal.

No Plano Safrá 2008/09, foram disponibilizados R\$ 13 bilhões em créditos para a agricultura familiar. Desse montante, R\$ 6 bilhões estão reservados para financiamentos de até R\$ 100 mil por família, com três anos de carência, prazo de dez anos para pagar e juros de 2% ao ano e três anos de carência. A linha de crédito possibilita investimentos na compra de máquinas e equipamentos, correção de solo, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, sistemas agroflorestais e melhoria genética. O objetivo é reforçar a infraestrutura produtiva das unidades da agricultura familiar.

Em abril último, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 3703, que ampliou o alcance do Pronaf e do Programa Mais Alimentos. As mudan-

Produção Sustentável

O Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produ-sa) visa a estimular a:

- Recuperação de áreas destinadas à produção agropecuária que estejam em deterioração física e apresentem baixa fertilidade do solo;
- Adoção de sistemas sustentáveis, como a Integração Lavoura Pecuária (ILP) e Orgânico, em consonância com a legislação ambiental, de modo a diminuir a pressão por desmatamento em novas áreas.

Metas do Programa Mais Alimentos

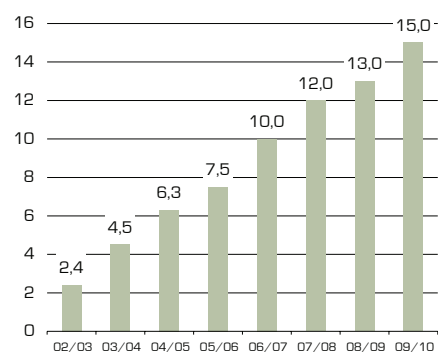
Produto	Produção (toneladas)		
	Atual (2008)	Incremento (2009)	Var %
Leite	5.518.800	1.545.264	28%
Milho Suínos	28.359.730	6.300.000	22%
Arroz	1.716.200	343.240	20%
Mandioca	3.718.760	631.300	17%
Trigo	26.920.000	4.320.000	16%
Aves	1.529.600	240.000	16%
Café	4.453.272	623.458	14%
Frutas	786.088	78.609	10%
Feijão	7.324.255	732.426	10%
Cebola	2.345.000	223.200	10%
Soja	918.414	64.289	7%
	16.910.827	845.541	5%
Total	100.500.946	15.947.327	

ças beneficiam mais de 50 mil agricultores individuais e também 92% de todas as cooperativas de produção do País. Em benefício dos agricultores, foram incluídos novos itens no programa, assim os produtores de café, gado de corte, suinocultura, avicultura, caprinos e ovinos também poderão buscar financiamento de até R\$ 100 mil por família, com 2% de juros ao ano, três anos de carência e dez anos para pagar.

Segundo balanço realizado pelo MDA, o Programa Mais Alimentos incentivou a produção extra de 7,8 milhões de toneladas de alimentos em seus dez primeiros meses de atuação. A produção de leite aumentou 18,5% e a de mandioca, 13,7%. Quanto às vendas de tratores, 11 mil unidades de até 78 cavalos foram entregues.

Assim, pelo seu desempenho, o Plano mostra que até agora foram cumpridas as metas estabelecidas para até 2010: 18% das vendas de tratores e 42% do aumento da produção.

Brasil: recursos para a agricultura familiar (R\$ bilhões)



Fonte: MDA

O Mais Alimentos também ofereceu apoio na elaboração de projetos produtivos via assistência técnica e extensão rural gratuitas. Houve o envolvimento de 23 mil técnicos de 459 instituições credenciadas, foram realizadas 1,6 mil atividades de oferta de tecnologia a 1,2 milhão de produtores de leite, milho, mandioca,

feijão, arroz, trigo, café, frutas, olerícolas, soja, suínos, pequenos animais e aves.

Do volume de crédito operacionalizado pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), 85% são fornecidos por meio dos bancos públicos e mais 15% são efetivados pelas cooperativas de crédito.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), existem 1.113 cooperativas de crédito atuando em todo o País, com mais de 4 mil postos de atendimento (PAC), especialmente em locais onde nem os bancos públicos nem os agentes financeiros privados estão presentes. Das mais de 1,6 mil cooperativas agropecuárias existentes, 80% detêm áreas inferiores a 50 hectares e 27% são parceiros, meeiros e arrendatários.

Para acelerar o Programa Mais Alimentos na safra 2009/10 o volume de crédito rural para o Pronaf vai para R\$ 15 bilhões. ■



The Economist

O que aconteceu com a crise de alimentos?

ARTIGO PUBLICADO na revista *The Economist*, de 4 de julho de 2009, mostra que a crise de alimentos ocorrida na temporada 2007/08 ainda guarda surpresas mesmo após a contração da demanda causada pela crise econômica global.

Apesar de deixar milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e trazer sérios riscos para a segurança alimentar de várias nações, acreditava-se que a subida de preços de alimentos poderia elevar a renda de produtores rurais, principalmente em países pobres. Eles disporiam de maior capital para investir, elevariam a produtividade, com aumento na oferta e contenção dos preços.

De fato, os dados indicam que o pico de preços no início de 2008 acarretou recordes na produção mundial de cereais na safra 2008/09 de 2,3 bilhões de toneladas. Ao mesmo tempo, alguns países deixaram de impor barreiras à exportação, antes utilizadas para conter os preços em seus mercados. Houve ainda uma redução dos incentivos na produção de biocombustíveis, devido à queda no preço do petróleo, com maior oferta de milho para alimentação.

Como consequência, a oferta de alimentos se elevou consideravelmente em curto período de tempo. Como a demanda se contraiu na mesma rapidez devido à crise econômica global, as cotações de alimentos despencaram abruptamente a partir do segundo semestre de 2008. Já no primeiro semestre de 2009 as cotações recuperaram mais de 30% de seu valor, mesmo diante das previsões de uma nova grande safra.

As explicações para esse fenômeno podem ser divididas em dois grupos:

- Flutuações cíclicas – a necessidade de refazer os estoques que estavam baixos devido às altas cotações pode explicar a elevação da demanda, mesmo diante da crise econômica. Com as baixas cotações do dólar e a queda no preço dos fretes, a recomposição dos estoques ficaram mais atrativas. Também há de se considerar o retorno de parte da população mundial excluída do mercado de alimentos devido às altas cotações. As cotações de alimentos mais “populares”, como grãos, sobem enquanto os alimentos mais nobres, como carne, caem. Há ainda uma outra fonte de pressão na demanda vindo da retomada da produção de biocombustíveis, que se tornaram atrativos, em função da elevação do preço do petróleo.
- Tendências de longo prazo – fazem parte os fatores estruturais como o crescimento da população mundial, maior população urbana e mudanças de hábitos alimentares em países emergentes, que não foram afetados pela crise econômica ou qualquer outra flutuação nesses mercados. Segundo a FAO, a oferta de alimentos nos países emergentes deverá dobrar até 2050, caso contrário, a segurança alimentar estará em risco e poderão ocorrer novos conflitos como se observou em 2007 e 2008. Também se espera que a controversa prática dos países ricos adquirirem terras em países pobres para garantir sua segurança alimentar se torne mais comum

nos próximos anos (ver artigo em *Agroanalysis* junho/09).

A solução de tais problemas está diretamente ligada à elevação da produtividade na atividade agrícola em países menos desenvolvidos. Na África, a produtividade média para cereais gira em torno de 1 tonelada por hectare, menos da metade da brasileira. Mesmo nos períodos de cotações elevadas, os investimentos não ocorrem no Continente Africano e na maioria dos países pobres. O aumento da safra em 2008 se deveu aos países desenvolvidos, que elevaram sua produção em mais de 10%. No mesmo período, a produção de grãos nos países pobres caiu.

De forma geral, o aumento da produção mundial de alimentos nos últimos anos está mais ligado à maior quantidade de terras cultivadas do que à elevação da produtividade agrícola. Mesmo cotações mais altas dos alimentos não parecem transmitir os incentivos necessários aos agricultores de países pobres investirem em novas tecnologias para aumentar a produtividade.

Porém, a dificuldade dos agricultores de responder aos sinais do mercado também ocorre em países ricos. A inter-relação da atividade agrícola com outros setores tornam as decisões cada vez mais complexas. A possibilidade de direcionar a produção de alimentos para biocombustíveis, por exemplo, obriga produtores a considerar as cotações do petróleo. A negociação de *commodities* agrícolas em bolsas de valores, onde os movimentos de preços dependem das cotações de outros ativos e do fluxo de capitais, também dificulta o cálculo de lucratividade para produtores rurais.

Esses movimentos nos preços agrícolas observados nos últimos anos, bem como a influência de fatores externos a esse mercado, sugerem que o pico de preços observado no último ano não se deve a simples movimentos cíclicos de oferta e demanda. Cada vez mais, observa-se um descolamento entre a oferta e a demanda por alimentos no mundo, o que poderia causar novas crises em um futuro próximo. ■

Fluxo rural urbano

Persistente migração

Eliseu Alves¹
Renner Marra²

O ÊXODO rural perde ímpeto no Brasil todo, mas ainda é expressivo, menos no Centro-Oeste, em função da pujança de sua agricultura e do pequeno tamanho de sua população rural.

Não obstante o intenso êxodo rural do pós década de 60, o pessoal ocupado no meio rural cresceu de 1940 a 1985. Parte da população urbana neste período empregou-se no meio rural. Nos períodos subsequentes a 1985, a ocupação rural decresceu intensamente, com tendência de queda, semelhante à da população rural e da ocupação.

A expressiva queda do emprego rural contraria as expectativas de programas, como os de agricultura familiar e reforma agrária, que visam a manter o emprego rural. Cabe ainda ressaltar que o intenso crescimento da agricultura e os programas mencionados, sem mudarem a tendência de queda para ocupação rural, reduziram sua intensidade no período de 2000 a 2007.

A contribuição do êxodo rural no crescimento das cidades caiu de 33,1% para 19,2%, entre os períodos de 1991 a 2000 e 2001 a 2007, respectivamente.

As causas do fluxo migratório

- As oportunidades de emprego com salários mais elevados, incluindo-se neles as vantagens indiretas, do meio urbano;
- A mecanização da agricultura substitui trabalho, mas é opção, porque os salários, considerando-se a componente indireta, tornaram-na vantajosa.
- Com o passar do tempo, a população urbana, principalmente os jovens, por falta de treinamento e motivação, desinteressam-se pelo emprego rural, ou seja, o meio rural deixa de ser opção de emprego.
- No caso de desemprego, os desempregados urbanos contam com a valiosa ajuda do governo, o que também favorece a opção urbana para oferta de trabalho.

Mesmos nos municípios de população menor ou igual a 5.000, em 56,9% deles a população rural é menos da metade da população total. Nestes, o espírito urbano

prevalece, como também o desinteresse pelo emprego rural. Ademais, quando há demissões, a escolha imediata recai sobre a mão de obra ocasional, esta quase sempre residente no meio urbano.

As leis trabalhistas muito têm a ver com o êxodo rural, e isto é bem sabido. Além disso, o PIB *per capita* urbano cresce bem mais depressa que o rural. Ou seja, a produtividade média do trabalhador urbano cresce mais rapidamente que a do rural. Consequentemente, o mesmo ocorre com os salários.

Quando se confronta o salário mínimo com o salário rural, aquele cresce mais rapidamente que este. Acresce-se o efeito das luzes das cidades, em termos de educação, saúde, segurança no trabalho, facilidades de aquisição da casa própria, proteção contra o desemprego e oportunidades diversificadas de emprego. Tudo isso estimula o êxodo rural. As forças contrárias a ele se reduzem ao desemprego urbano, violência, maiores salários no campo, quando isto ocorre, e a oferta de terra pelo programa de reforma agrária, desde que não ofereça uma ilusão.

Muito mais forte que qualquer programa específico para segurar as famílias no campo, de um lado é expandir a demanda de alimentos via exportações e mercado interno, e de outro é dar condições à agricultura de responder à demanda. É essa a lição que o período 2000 a 2007 encerra, no qual houve forte expansão da agricultura e no qual se manteve a população rural do início do período. ■

1. Pesquisador e assessor do diretor-presidente da Embrapa.

2. Analista da Embrapa.

Brasil: população rural e número de migrantes (em mil habitantes)

	Pop. Rural	Nº migr.	%	Pop. Rural	Nº migr.	%	Pop. Rural
	1991	1991-2000		2000	2000-2007		2007
Norte	4.107,0	771	18,8	3.914,1	673,0	17,2	3.630,0
Nordeste	16.721,3	4.223	25,3	14.759,7	1.659,0	11,2	14.770,0
Centro-Oeste	1.764,5	461	26,1	1.540,6	-25,0	-2,0	1.789,0
Sudeste	7.514,4	1.696	22,6	6.851,6	1.108,2	16,2	6.440,0
Sul	5.726,3	1.699	29,7	4.780,9	574,0	12,0	4.739,0
Brasil	35.834,5	8.850	24,7	31.847,0	3.986,0	12,5	31.368,0

Energia da biomassa

Alternativa viável para o Haiti

Giuliano Marchini Senatore¹
Adriano Dal Bosco¹

COM UM PIB de US\$ 5,4 bilhões por ano, o Haiti é o país mais pobre das Américas. Na década de 1990 e primeira metade da década de 2000, a economia do Haiti permaneceu estagnada devido à instabilidade social e política que o país experimentou nesses anos. A falta de investimentos em infraestrutura é um problema crônico que se estende desde a década de 1970. Nos últimos anos, com o aporte de auxílio internacional, a economia haitiana tem demonstrado sinais de melhora, mas a falta de infraestrutura e o déficit energético ainda são problemas que precisam ser resolvidos.

Dentre as várias fontes de energia existentes, a eletricidade é a mais versátil e a que mais impacta no desenvolvimento econômico. No entanto, no caso do Haiti, antes de se pensar em aumentar a oferta de energia elétrica, seria necessário investir maciçamente no sistema de transmissão e distribuição. As redes elétricas do Haiti não são interligadas, de modo que a energia produzida numa determinada rede não beneficia as demais regiões.

Em 2006, 45,8% da energia elétrica consumida (229 GWh/ano) no Haiti vieram de geradores movidos a óleo diesel ou óleo pesado e os 54,2% (271 GWh/ano) restantes foram produzidos por usinas hidrelétricas.

A Hidrelétrica de Péligre, maior do país, tem uma capacidade instalada de 54 MW e está ligada à rede metropolitana, que abastece a cidade de Porto-Príncipe e região. No entanto, a barragem que abastece a usina sofre com um problema de sedimentação que veio se agravando ao longo dos anos, reduzindo significativamente a capacidade da usina.

Em 2009 e 2010, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinou recursos a fundo perdido para a recuperação da Usina de Péligre. O Brasil, por meio da Missão de Estabilização do Haiti (Minustah) da ONU, está contribuindo com a recuperação da usina com a disponibilização de mão de obra do Exército Brasileiro. Os benefícios desse tipo de investimento, contudo, são limitados pela capacidade de distribuição e transmissão da energia produzida. Outro ponto que deve ser considerado é o impacto ambiental e social da construção de barragens para a exploração da energia hidráulica. Nesse contexto, a produção de eletricidade próximo ao local de consumo é a melhor estratégia para se oferecer a energia onde ela é necessária e, ao mesmo tempo, evitar a necessidade de grandes investimentos no sistema de distribuição.

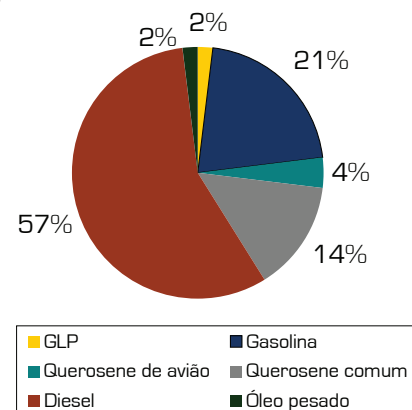
O Haiti tem potencial para a produção de energia a partir de fontes alternativas, que podem ser utilizadas para fazer crescer a oferta de eletricidade no país sem aumentar o déficit na balança comercial, nem causar grandes impactos ao meio ambiente. A energia eólica e a solar são mencionadas como opções viáveis a fontes não renováveis ou que causam grande impacto ambiental. Porém, embora à primeira vista essas fontes de energia pareçam ser gratuitas, o investimento necessário para a implantação de usinas que utilizam essas fontes é alto.

Além do vento e do sol, a combustão de material biológico também pode ser utilizada como fonte de energia alternativa. Em países tropicais, há um grande potencial de produção de biomassa vegetal como fonte de energia para a produção

de eletricidade. O crescimento de plantas como a cana-de-açúcar e o capim-elefante é mais rápido em regiões tropicais, graças à capacidade dessas plantas de tirar maior proveito da disponibilidade extra de luz solar e das temperaturas elevadas.

O cultivo de plantas energéticas para a produção de biomassa contribui para fixar o homem no campo e aumentar a oferta de empregos não especializados.

Consumo de derivados do petróleo no Haiti, 2006



Fonte: IEA, 2009.

Esse fator é especialmente importante para países como o Haiti, onde dois terços da população economicamente ativa não têm emprego formal.

No Haiti, três regiões são especialmente propícias para a produção de cana-de-açúcar e capim-elefante: Les Cayes, na Região Sul; Léogâne, próximo a Porto-Príncipe; e Cap-Haïtien, na Região Norte. Nessas três regiões, já há grandes áreas cultivadas com cana-de-açúcar, uma cultura tradicional do país. A região de Léogâne é a única onde há um engenho de

açúcar em funcionamento que, até 2005 produzia energia elétrica a partir do bagaço de cana. Atualmente, o engenho está operando com apenas uma fração da sua capacidade pois, devido a problemas no fornecimento de matéria-prima, a produção de energia elétrica foi interrompida. Além dos problemas de fornecimento de cana, o engenho enfrenta os de sua eficiência de processamento, devido à baixa produtividade dos canaviais da região e qualidade insuficiente da cana-de-açúcar nela produzida.

Atualmente, o nível tecnológico da produção de cana-de-açúcar no Haiti é baixo: praticamente não se utiliza adubação mineral, as variedades utilizadas são suscetíveis a doenças e o sistema de cultivo é pouco eficiente. Os problemas de fornecimento, produtividade e qualidade podem ser abordados mediante a elaboração de contratos de fornecimento de cana mais eficientes, disponibilização de linhas de crédito e assistência técnica aos agricultores. Se essas medidas forem tomadas, a produtividade de cana pode dobrar em poucos anos, permitindo uma maior eficiência para produção de açúcar ou uma eventual usina de etanol. Com a

melhoria no sistema de cultivo, 1 ha de cana poderá produzir até 6.000 litros de etanol e 5,2 MWh de energia elétrica.

Quando o objetivo primário é a produção de energia elétrica, há culturas agrícolas que são mais produtivas em termos de unidade de energia por unidade de área cultivada. Nesse sentido, o capim-elefante é uma das culturas mais produtivas. Nas regiões mais aptas do Haiti, cada hectare cultivado com capim-elefante pode produzir cerca de 40 toneladas de matéria seca por ano, que podem ser convertidas em 51 MWh.

A produção de biomassa para alimentar as usinas termelétricas – além do benefício primário de servir como fonte de energia – tem no seu cultivo, também, a criação de um grande número de empregos diretos.

Objetivando a recomendação de investimentos, modelos de negócios desenvolvidos pela FGV Projetos, em seu recente estudo de viabilidade de produção de biocombustíveis no Haiti, consideraram a estruturação dos empreendimentos, entre eles a termelétrica de capim-elefante, em cooperativas agrícolas, onde os produtores locais obteriam receitas diretas

da comercialização da produção agrícola, assim como dos resultados da venda da energia elétrica gerada nas usinas. Esse modelo é especialmente importante para o Haiti, que tem sua estrutura fundiária caracterizada por pequenas propriedades. Portanto, a necessidade de agregar valor à cadeia produtiva é importante para a viabilidade dos empreendimentos e para o sustento das populações locais.

Capacidade instalada e taxa de eletrificação em diferentes regiões do Haiti

Região	Capacidade instalada (MW)	Taxa de Eletrificação (%)
Metropolitana	171,87	5,60
Norte	10,65	1,12
Artibonite	16,10	1,32
Sul	8,25	1,06
Centro-Oeste (Jacmel)	4,92	0,90

Fonte: Haiti Energy Sector Development Plan, 2006.

Os dados revelam que a taxa de eletrificação é muito reduzida no Haiti, e mesmo na região com melhor estrutura, atende a menos de 6% das residências locais. Tendo em vista esses números, a FGV Projetos, por meio de um estudo encomendado pelo BID, recomendou a instalação de um projeto piloto para a produção de energia elétrica a partir de biomassa de capim-elefante, próximo à cidade de Les Cayes. O projeto deverá abranger uma área de 450 ha, envolvendo aproximadamente 900 famílias de agricultores. A biomassa produzida nessa área seria suficiente para alimentar uma usina termelétrica de 2,5 MW, aumentando a capacidade instalada na rede da região em 30%.

Em junho de 2009, esse projeto foi apresentado ao governo haitiano, com a presença do ministro da Agricultura do Haiti, embaixadores do Brasil e dos Estados Unidos, representantes do BID e pesquisadores haitianos. O projeto poderá ser implementado ainda este ano se o governo haitiano manifestar interesse. ■



Transporte de cana na região de Léogâne

Custos no agronegócio

Redução sustentável

José Rezende*

A ECONOMIA mundial passa por uma crise financeira sem precedentes nos últimos 80 anos. Há uma série de estatísticas sobre a queda no consumo e na produção e o impacto em diferentes segmentos da economia mundial, como o agronegócio.

Embora o agronegócio brasileiro seja considerado um dos mais competitivos no mercado internacional, ele pode ser afetado se houver redução nos preços de seus produtos, uma vez que isso não implica necessariamente uma diminuição nos custos de seus insumos.

Fatores como tecnologia de produção alçaram o país a um patamar de liderança mundial em setores como carnes, soja e citros. No entanto, mesmo que o Brasil continue investindo em tecnologia de produção, isso não será suficiente para mantê-lo em posição de destaque.

É necessário adotar uma visão de longo prazo, como uma gestão inteligente em relação aos custos. Tal estratégia é essencial para aproveitar as oportunidades que surgem em plena crise mundial para criar empresas com capacidade de trabalhar com uma base de custos otimizada.

O controle dos custos é uma premissa necessária para qualquer tipo de negócio. Em tempos de economia estável e crescimento, o tema da redução de custos é normalmente subordinado aos direcionadores de desenvolvimento das empresas. No entanto, em tempos de desaceleração da economia e de volatilidade, a gestão da redução de custos passa a ter um foco primordial nos negócios e deve ser estrategicamente estruturada e gerenciada.

As experiências de mercado em redução de custos apontam para a necessidade

de se trabalhar com foco nas grandes despesas em que há maiores oportunidades para significativa contenção de custos.

Muitos setores do agronegócio devem ter especial atenção na área de logística, em razão de fatores como as dimensões continentais do País. Por exemplo, as empresas do setor sucroenergético devem dar especial atenção aos custos da atividade agrícola e do transporte da matéria-prima até a usina, afinal estes respondem por mais de 50% do custo final do produto. Diversas experiências têm demonstrado grandes oportunidades por meio da revisão de contratos com fornecedores.

Um programa de redução sustentável de custos desloca a sua base para um modelo mais competitivo, que põe a vantagem produtiva brasileira num novo patamar. Isso requer reavaliação nos fundamentos do modelo de negócio e exige empenho, comprometimento e independência na consecução.

O processo de redução sustentável de custos deve projetar o ponto de equilíbrio do negócio no seu cenário mais extremo. Como transformar custos fixos em variáveis, minimizando assim a vulnerabilidade do negócio diante de uma desaceleração da economia? Como mitigar rapidamente para essa situação se for necessário?

Isso implica uma análise profunda de toda a empresa. Quais segmentos devem ser priorizados, e quais, talvez, abandonados? Da mesma forma em qual etapa do processo produtivo?

Esses tipos de análise e decisões trazem como consequência profundas mudanças, as quais não serão, definitivamente, alcançadas no curto prazo. No entanto, as ameaças inerentes à desaceleração da economia tornam imperativo e urgente a elaboração de um plano de mudança e a consequente mobilização de toda a organização para sua realização.

Os conceitos e as teorias, os exemplos e as ideias para a redução de custos são conhecidos pelas organizações. O diferencial que determinará os vencedores deste momento será a capacidade de identificar o novo perfil de consumo que se desenha, priorizar as ações e mobilizar a empresa para atendê-lo rapidamente, transformando a crise em oportunidade. ■

* Sócio da PricewaterhouseCoopers - Brasil e líder de Agribusiness.

Tradicional redução de custos

No curto prazo, os processos de recrutamento de pessoal são paralisados e é feita uma rigorosa análise das propostas de contratação. O alvo seguinte são os gastos considerados dispensáveis, como as traumáticas análises dos gastos com pessoas. Porém, nesse momento, as necessidades vão além. Usar o tradicional corte de x% indiscriminadamente pode ser um desastre quando a crise passar, pois tal corte pode afetar áreas importantes da empresa.

Redução sustentável de custos

Para a redução sustentável de custos é necessário analisar o seu fluxo, desde o início do processo produtivo até a chegada do produto ao cliente final. Tal procedimento pode revelar grandes oportunidades de incremento de eficiência e maximizar os estoques de matéria-prima em quantidades adequadas para o ciclo da empresa. Este fato – alinhado ao casamento ideal entre contas a pagar e a receber – pode, também, revelar surpresas na gestão do capital de giro.

Capacitação do produtor

Uso do dinheiro público

José Matheus Yalenti Perosa¹

EM RECENTE artigo publicado na revista *Agroanalysis*, o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, João Sampaio, ressaltou o resultado da pesquisa em que a demanda por capacitação e acesso à informação se coloca como a segunda principal reivindicação dos produtores paulistas, com duas surpresas. A primeira seria a classificação da demanda ficar à frente de tantas outras muito importantes, como logística de distribuição, seguro, tributação etc. A segunda diante do papel passivo do produtor no modelo de extensão adotado em nosso país, onde o ele é visto como incapaz de escolher o quer conhecer.

A questão assume importância ainda maior quando se trata da agricultura familiar. O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é relativamente recente. Anteriormente, documentos oficiais usavam comumente, e como sinônimas, as expressões “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. Essas denominações envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico dessas unidades. Nesse sentido, a questão da capacitação envolve uma percepção diferenciada das características desses produtores.

Recentemente, o Sebrae contratou um grupo de pesquisadores da FCA-Unesp para realizar um diagnóstico de sete grupos de agricultores familiares do interior do estado de São Paulo. A justificativa do trabalho era justamente capacitar o Sebrae com parâmetros mais objetivos para qualificar melhor as demandas, “ouvir” os agricultores e se posicionar melhor diante das características desse tipo de agricultura.

A amostra do estudo foi composta por 110 produtores familiares, participantes de sete grupos produtores de hortaliças. Dos grupos, quatro são de assentamentos rurais, sendo um mais antigo (Reunidas), e três mais recentes (Dourados, Irmã Doroti e Floresta), no município de Promissão. O quinto grupo é associado a uma cooperativa na região (Coalins), o sexto grupo está situado na cidade de Getulina e, por último, um grupo que desenvolve sua atividade no meio urbano (Lins).

Os dados mostraram que mesmo as técnicas mais utilizadas, relacionadas ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos para o controle de pragas e doenças, ocorrem de maneira muito diferenciada entre os grupos pesquisados. De uma forma geral, os grupos mais antigos utilizam técnicas convencionais, o que não implica necessariamente o seu uso eficiente.

Além das técnicas listadas, dois aspectos relativos à produção foram pesquisados: uso de análise do solo e de irrigação. Numa atividade como a de produção de hortaliças, o uso eficiente de recursos passa necessariamente por procedimentos básicos como análise do solo. Da mesma forma, disponibilizar recursos para a irrigação e capacitá-los no uso eficiente da água constitui uma necessidade para a inserção dos produtores no mercado. Em ambos os casos, é clara a necessidade de capacitação. Entrevistas revelaram que os procedimentos listados são utilizados por apenas metade dos agricultores.

Técnicas utilizadas entre os grupos de produtores familiares (%)

Grupos	Adubação Orgânica	Adubação Química	Herbicida	Controle de pragas e doenças
Geral	67,3	90,9	49,1	87,3
Reunidas	81,0	95,2	33,3	100,0
Dourado	50,0	100,0	55,6	88,9
Floresta	50,0	83,3	33,3	83,3
I. Doroti	13,3	93,3	73,3	86,7
Getulina	90,0	100,0	30,0	100,0
Prefeitura	84,6	61,5	23,1	38,5
Coalins	95,2	95,2	76,2	100,0

O diagnóstico procurou trabalhar questões relativas ao conceito de sustentabilidade, abordando temas técnico-econômicos, ambientais e sociais com os grupos de produtores. A partir das informações coletadas e validadas pelos agricultores, alguns indicadores foram construídos, mostrando a relação dos grupos com mercados e demandas para uma participação mais competitiva neles.

O primeiro aspecto pesquisado, importante para uma qualificação de demandas dos agricultores, foi o da tecnologia utili-

O impacto das técnicas utilizadas na receita auferida pelos grupos é bastante diferenciado, porém sempre mostra uma relação positiva. A análise do solo mostrou-se fortemente correlacionada com a renda mais alta dos produtores. Porém, vale a ressalva de que o fato isolado de fazer ou não análise de solo não explica a diferença, pois os agricultores que utilizam esse procedimento na produção também se diferenciam na utilização de capacitações na sua atividade, com reflexos na produtividade.

Proporção de agricultores que fazem e que não fazem análise do solo (%)



Com valores muito diferenciados, o mesmo fato se verifica com os agricultores que se utilizam ou não de irrigação. Como esperado, os primeiros têm um faturamento muito superior ao dos demais. Por metro quadrado, enquanto a receita média dos que irrigam é de R\$ 7,24, os produtores que não dispõem de irrigação apresentam uma receita de R\$ 1,99.

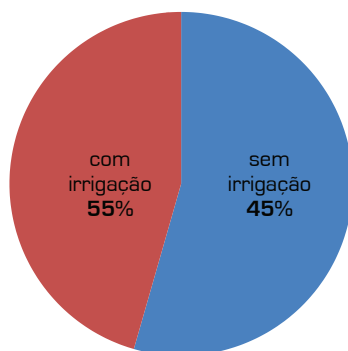
Receita apropriada pelos produtores:

1. Que fazem análise de solo (R\$/m²)	
Faz	7,15
Não Faz	4,17
2. Que fazem uso de irrigação (R\$/m²)	
Utiliza	7,24
Não utiliza	1,99

Quando se relacionam aspectos relativos ao grau de instrução e à gestão do negócio no faturamento dos produtores, os resultados também são positivos: a renda anual média dos agricultores sem instrução formal foi de R\$ 12.133,60; dos que têm ensino fundamental foi R\$ 14.630,33; com ensino médio foi de R\$ 37.499,33, e com ensino superior, R\$ 44.746,67. Os dados médios mostram uma relação positiva entre renda e grau de instrução, embora não revelem a variabilidade encontrada entre os grupos.

No caso de procedimentos de gestão, como controle de custos na produção, a mesma relação positiva é encontrada: enquanto a renda anual média auferi-

Proporção de agricultores que utilizam e que não utilizam irrigação (%)

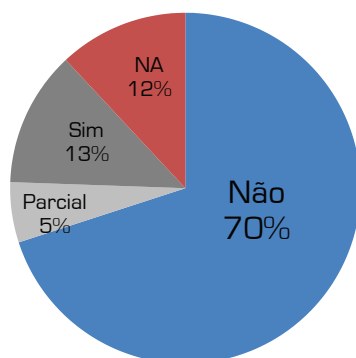


da pelos produtores que fazem controle de custos é de R\$ 33.361,11, aqueles que não o fazem têm uma renda anual de R\$ 17.205,20. Da mesma forma que para o grau de instrução, os produtores que fazem controle de custos têm renda superior.

Os aspectos abordados são importantes para uma inserção mais competitiva dos agricultores no mercado. Mas a inclusão de produtores em determinados segmentos de mercado tem exigido cada vez mais uma postura transparente deles em boas práticas agrícolas. Mesmo na agricultura convencional, com utilização de insumos modernos, a questão tem se colocado como um limite à inserção competitiva de agricultores.

Um aspecto relevante nas boas práticas agrícolas está relacionado ao uso de agrotóxicos na atividade. Os dados revelam

Agricultores que receberam capacitação para aplicação de agrotóxicos (%)



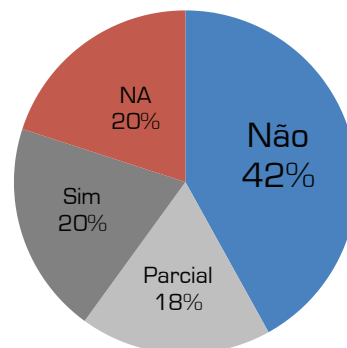
que há falta de capacitação de quem aplica agrotóxico entre os agricultores pesquisados, apenas 12% receberam algum tipo de capacitação. O armazenamento adequado de agrotóxico também é um problema, apenas 18% dos agricultores o fazem de acordo com as recomendações de uso. E da mesma forma, a necessidade de capacitação aparece quanto ao descarte de embalagens de agrotóxico de acordo com as normas técnicas.

Tem razão o secretário quando argumenta que o modelo de extensão adotado tem, em grande parte, “empurrado” ao agricultor o que ele deveria conhecer. Mas o dia a dia dos produtores rurais num mercado fortemente concorrencial constitui um aprendizado de suma importância, qualificando a demanda deles no Poder Público. E as instituições que conseguem “ouvir” essas demandas em muito tem contribuído para qualificar o produtor. Mas além de ouvir, cabe às instituições públicas qualificar a demanda diretamente com os produtores.

Nessa direção, estudos como esse podem contribuir para o direcionamento de investimentos em capacitação de produtores, tornando mais eficiente o uso do dinheiro público pelos diferentes grupos de produtores. ■

1. Professor do Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial e vice-diretor da Faculdade de Ciências Agrônomicas, campus de Botucatu/Unesp.

Descarte de embalagens de agrotóxicos segundo o sistema oficial (%)



Andef 35 anos

A educação como fonte para o desenvolvimento

Luís Carlos Ribeiro*

A MAIORIA dos analfabetos brasileiros está no meio rural, segundo o IBGE, realidade que vai na contramão do fato de a educação ser estratégica para o desenvolvimento. Por isso, ganham relevância os projetos de educação e treinamento realizados pelas indústrias de defensivos agrícolas

O Brasil tem diante de si um desafio crucial se pretende tornar consequente o enorme potencial econômico que ostenta. Trata-se do desafio chamado educação. A preocupação confirma-se diante do grau de analfabetismo da população brasileira, ainda acima de 10,0% em 2006, correspondente a pessoas de 15 anos ou mais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Trata-se de uma taxa bastante elevada, sobretudo quando comparada às de outros países do Continente Sul-Americano, como Uruguai, Argentina e Chile, cujas taxas variam entre 2,0% e 4,0%.

Mas há outro dado revelado no estudo que interessa mais diretamente aos setores envolvidos nas atividades agropecuárias: a maior população de analfabetos está no meio rural. Se não há novidade na notícia, devido às condições históricas do campo – cujos problemas o moderno agronegócio ainda não conseguiu superar totalmente – o que chama a atenção é o número persistentemente elevado. A população da zona rural tem em média 4,5 anos de estudo, enquanto a do meio urbano tem 7,8 anos. Estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Inep, indicam que, se for mantido o ritmo atual de evolução, a população rural levará mais de 30 anos para atingir o atual nível de escolaridade da população urbana.

A literatura acadêmica registra diversos estudos que atestam como a decisão estratégica de nações investirem em educação as elevou ao patamar do desenvolvimento. No Brasil, a garantia da educação básica – formação de crianças e adolescentes – é dever constitucional do Estado. Ainda assim, a iniciativa privada vem, há vários anos, desenvolvendo enorme esforço, com investimentos significativos, no sentido de reduzir o fosso do conhecimento. Bons exemplos a serem citados são o Sistema S, com destaque para o Sesi, para o qual as empresas destinam boa parte de suas receitas à educação, na forma de tributos ou mesmo de investimentos deliberados. Outra iniciativa, mais recente, digna de todo louvor e apoio, é o programa Todos Pela Educação, mantido por dezenas de empresas e com a participação de educadores, gestores públicos e representantes da sociedade civil.

Se, nas últimas décadas, o campo vem exibindo desempenho excepcional, as indústrias de defensivos agrícolas têm contribuído fortemente para esses resultados: seus investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, por exemplo, totalizaram em 2007 expressivos US\$ 78 milhões. Mas tão importante quanto esses recursos é o fato de essas indústrias estarem investindo na sustentabilidade do meio rural por meio de outra iniciativa magnífica: a educação e o treinamento do homem do campo.

Apenas uma mostra parcial do significativo investimento em ações de *stewardship* pelas indústrias de defensivos agrícolas pode ser conferida no livro lançado este ano pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, Fealq, da

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Esalq/USP. A publicação traz os números consolidados das atividades que participaram da 12ª edição do Prêmio Mérito Fitossanitário. A iniciativa é uma das ações da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Andef, para incentivar e reconhecer o trabalho e realizações de profissionais, indústrias, distribuidores, cooperativas e centrais de recebimento de embalagens vazias que se destacam nas iniciativas de educação e treinamento do homem do campo e de responsabilidade socioambiental. Para sua realização, o prêmio tem o apoio da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, Andav; Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, inPEV; e Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB.

Para se ter uma idéia do alcance desses programas, destaquem-se alguns dados. As sete empresas que apresentaram seus resultados em 2008 colocaram no campo 751 técnicos, ou 72% do total desses profissionais das indústrias. Eles desenvolveram 7.202 atividades, como palestras, dias de campo e treinamentos. Com suas ações educativas, sociais e ambientais, as empresas atingiram 9.713.068 pessoas, com investimento de R\$ 9.850,926 milhões. Em outras palavras: as indústrias de defensivos agrícolas, com o apoio das entidades parceiras, têm feito exemplarmente sua parte ao levar aos agricultores e trabalhadores do campo, na prática, o tema da responsabilidade socioambiental. ■

*Engenheiro agrônomo e gerente de Educação e Treinamento da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Andef.

Diário de bordo

Cooperativas e pós-crise



Roberto Rodrigues*

A CRISE financeira afetou diferentemente os setores da economia e as suas empresas. Obviedade acaciana é que aquelas que estavam alavancadas sofreram muito mais, sobretudo com a escassez do crédito.

As cooperativas, no mundo todo, resistiram mais galhardamente às crises econômicas globais anteriores do que suas concorrentes tradicionais do mercado. Na crise asiática passada, os bancos cooperativos daquele continente praticamente não foram afetados, enquanto os comerciais perderam muito dinheiro e alguns quebraram.

A Aliança Cooperativa Internacional solicitou à OIT um estudo sobre a capacidade de resistência na atual crise, com resultados instigantes. Ficou evidenciado que as cooperativas de crédito estão sólidas, inclusive aumentando o capital. Há uma clara interpretação de que empresas com valores e princípios éticos e morais como os da doutrina cooperativa têm crescente chance de sucesso na nova economia que emergirá no pós-crise, a chamada “economia verde”.

Onde está a diferença? Em primeiro lugar, a cooperativa é um modelo empresarial focado nas pessoas, oferecendo-lhes serviços para melhorar sua condição econômica e, a partir daí, a social. Em outras palavras, o objetivo da cooperativa não é o seu lucro, mas o progresso sustentável de gente da comunidade onde se instala.

Por outro lado, o cooperado tem um triplice papel na sua empresa: ele é ao mesmo tempo associado, usuário e investidor. Sendo assim, há uma tendência das cooperativas correrem menos riscos. Claro que terão, com isso, menos lucro, mas este não é mesmo sem objetivo.

Por isso é que os bancos cooperativos resistem mais às crises, seus dirigentes, que são cooperados, não arriscam o capital da cooperativa porque o fracasso os atingirá, além de atingir o corpo associado.

É a razão pela qual, também, as cooperativas mantêm os empregos de seus funcionários, assegurando a renda das famílias. Elas ainda garantem que os preços dos produtos e serviços se mantenham em níveis razoáveis, e com boa qualidade e confiabilidade. Sempre pensando nas pessoas.

Assim as cooperativas mostram bem o seu compromisso com a responsabilidade social e com a famosa sustentabilidade, nas suas três vertentes, a econômica, a social e a ambiental.

Elas não são instituições românticas ou sociedades de poetas mortos. São empresas, devem ser eficientes e competitivas, devem dar resultado financeiro positivo, tudo como qualquer outra empresa. Mas têm seus valores que fazem a diferença.

Governos de todos os continentes estão interessados em impulsionar o cooperativismo, compreendendo que este é o braço econômico da organização social, e aliado na defesa da democracia.

Se as lideranças mundiais do movimento souberem se posicionar ante as instituições multilaterais e aos governos, o cooperativismo tem grande chance de contribuir positivamente para o novo mundo que vem surgindo depois da crise. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Ar-condicionado



Cesário Ramalho da Silva*

É IMPOSSÍVEL fugir do debate ambiental. O tema é, sem sombra de dúvidas, o mais importante para o agro-negócio no momento. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) se mobiliza-se para justificar técnica e cientificamente a necessidade de mudança na legislação ambiental, bem como defender os produtores rurais de falsas acusações.

É fundamental deixar claro que o agro-negócio organizado do País é peremptoriamente contra o desmatamento, seja na Amazônia ou em qualquer outra região. Posição defendida pela SRB há muito tempo, a agropecuária brasileira não precisa desmatar, pois tem totais condições de crescer em eficiência e produtividade, principalmente a pecuária. Recuperados, milhões de hectares de solos degradados existentes podem e devem ser incorporados à produção rural.

A derrubada da floresta decorre de direitos de propriedades mal definidos, que inviabilizam a ação fiscalizadora do Estado, deixando assim a mata vulnerável para ação de grileiros e desmatadores, aventureiros, que não podem manchar a reputação dos produtores rurais brasileiros.

Todavia, entendemos que a pecuária já instalada na Amazônia, fruto do estímulo governamental de décadas atrás, deve ser respeitada, mas, obviamente legalizada do ponto de vista ambiental. A desorganização fundiária é o gatilho do desmata-

mento. Em razão disso, apoiamos e parabenizamos o presidente Lula pela sanção da Medida Provisória 458, que vai regularizar, no tocante à posse, as terras da União na Amazônia Legal.

Sabemos que a legislação ambiental vigente, datada de 1965 e remendada ao longo do tempo, não contempla as mudanças ocorridas na produção rural. É uma legislação de ar-condicionado, feita dentro de quatro paredes, por quem nunca pôs os pés numa fazenda. O Código Florestal em vigor é uma lei genérica, que ignora particularidades regionais, fato que se cristaliza numa tímida aplicação de zoneamentos ecológicos-econômicos.

Por isso, o Código Florestal precisa ser alterado, para que dê lugar a um novo Código Ambiental, que sirva de bússola para novas legislações regionais cumpridoras do papel de conservação, sem barrar a produção e o desenvolvimento. O produtor rural nasce aprendendo que precisa cuidar do meio ambiente, pois dele depende sua sobrevivência.

O produtor rural tem sim obrigações com relação ao solo, à mata, ao uso da água. Entretanto, a garantia efetiva da biodiversidade exige áreas extensas, que apenas o Poder Público pode estabelecer e administrar. Mas para que isso tudo funcione, também é preciso incluir na lista de devedores toda a população, especialmente, a urbana, que se beneficia dos serviços ambientais de manutenção de recursos hídricos, da conservação da biodiversidade, proteção do solo e da regulação dos gases na atmosfera feitos por muitos produtores. Ou seja, a sociedade tem que remunerar os produtores rurais por serviços ambientais.

Ministros, parlamentares, dirigentes do setor - representantes legítimos dos produtores -, governadores, secretários, trabalham juntos para elaboração de um novo código ambiental. E tem de ser assim mesmo. O diálogo é o único caminho para o desenho de políticas públicas e modelos privados de gestão eficientes economicamente, justos socialmente e corretos ambientalmente. ■

Opinião

Mudança climática



João Sampaio*

AS MUDANÇAS climáticas previstas para as próximas décadas, como resultado do aquecimento global, podem colocar em risco a produção agrícola mundial. Seus efeitos são inegáveis e podem ser evidenciados pelas catástrofes climáticas registradas nos últimos tempos. Porém, se há provas de migração na produção agrícola, que tem uma geografia dinâmica, daí a afirmar que ela está condenada em algumas regiões é descon siderar alguns fatores que regem os movimentos produtivos.

No caso do Brasil, três fatores concorrem para alterações no mapa da produção agrícola: o econômico, a inovação e a mudança climática. As grandes migrações se deram por causa da disponibilidade de novas áreas de exploração combinada à vocação econômica regional, ao empreendedorismo do produtor rural e à indução governamental com crédito e garantias. Os exemplos vão desde a ocupação do norte do Paraná à conquista do Cerrado, até as mais recentes ocupações do oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí e do Agreste.

O impulso econômico e a inovação resultantes da pesquisa agropecuária possibilitaram o plantio da soja e milho em Mato Grosso e Goiás, assim como a intensificação da produção pecuária paulista. O melhoramento genético e aprimoramento no manejo permitiram

o desenvolvimento dessas atividades em novas regiões. A fruticultura no sertão ou os seringueiros de São Paulo decorrem mais da capacidade de inovação tecnológica do campo do que de mudança climática.

O programa de melhoramento genético realizado pelo Instituto Agronômico de São Paulo, possibilitou o cultivo da cana em regiões antes nunca imaginadas. Há 15 anos, iniciou-se um trabalho no Cerrado goiano, o qual culminará no lançamento de duas variedades próprias para as características edafoclimáticas da região.

A ciência que viabiliza a migração da produção agrícola nos permite vislumbrar o enorme potencial do continente africano, que ainda não passou pela sua revolução verde. Projetos e campos de experimentos de cana-de-açúcar estão sendo viabilizados em Moçambique e Angola pelo Instituto Agronômico.

Com o mesmo olhar otimista ratifico a necessidade do setor produtivo pensar as mudanças climáticas como um desafio para a ciência e o homem. O aquecimento global já acontece. O IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas) estima aumento na temperatura mundial entre 1,8° C e 4° C até o fim do século. O desenvolvimento de variedades adequadas às mudanças climáticas há de ser prioridade das instituições de pesquisa agropecuária.

Alguns setores da pesquisa solicitam a criação do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Também defendemos desde que seja livre dos ideologismos que têm contaminado algumas discussões ambientais e rotulando o setor produtivo como culpado.

A questão ambiental será preponderante no planejamento estratégico do Brasil como produtor de agroenergia e alimentos, não há como fugir. A economia e a inovação tecnológica são base de sustentação da produção agroambiental, a qual definirá a dinâmica da geografia agrícola. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)